

N.º DO PROCESSO

EXERCÍCIO DE _____ FL. 01

Processo N.º 606/2022

Carga N.º

Data do Processo / /

Em / /



CÂMARA MUNICIPAL DE AMÉRICO BRASILIENSE

ESTADO DE SÃO PAULO

Interessad

Mara Quintora

Natureza do Documento Processado

2022

Projeto de Resolução nº 009/

Data do Documento Processado

de

de

Assunto

" Institui e regulamenta a utilização de meio eletrônico para a tramitação de processo administrativo e legislativo no âmbito da Câmara Municipal de Américo Brasileiro e das outras providências.



CÂMARA MUNICIPAL DE AMÉRICO BRASILIENSE

RUA MANOEL BORBA, Nº 298 - CENTRO - CNPJ: 50.513.589/0001-08

AMÉRICO BRASILIENSE/SP - CEP 14.820-003

FONE: (16) 3392-1134

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 009/2022 (MESA DIRETORA). INSTITUI E REGULAMENTA A UTILIZAÇÃO DE MEIO ELETRÔNICO PARA A TRAMITAÇÃO DE PROCESSOS



606 / 2022 - PROTOCOLOS - PROJETO DE RESOLUÇÃO

15 DE JULHO DE 2022

CÓDIGO DE ACESSO: F02515909700ED57



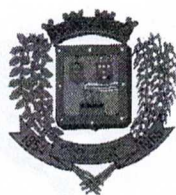
Assinatura Requerente

Acesse o link abaixo para consultar o processo

<https://cmamericobrasiliense.flowdocs.com.br:2053/public/process/F02515909700ED57>



EM BRANCO



Câmara Municipal de Américo Brasiliense

MENSAGEM

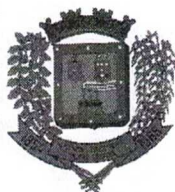
AOS NOBRES PARES

Temos a honra de submeter à elevada apreciação dessa Colenda Câmara, o incluso Projeto de Resolução nº 009/2022 que ***“Institui e regulamenta a utilização de meio eletrônico para a tramitação de processo administrativo e legislativo no âmbito da Câmara Municipal de Américo Brasiliense e dá outras providências.”***

JUSTIFICATIVA

Os processos administrativo são o instrumento fundamental e constitucionalmente estabelecido por meio do qual o Estado brasileiro exerce a função administrativa. Sua aplicação é extremamente vasta, podendo tratar virtualmente de qualquer tema, tal como a aquisição de bens, a investigação de fatos a objetivação de decisões e a comprovação do exercício do poder de polícia. Além disso, em virtude dos diversos princípios constitucionais e legais relacionados ao processo administrativo, este deve ser considerado como instrumento de garantia à efetivação de direitos fundamentais no Estado Democrático de Direito e, também, como instrumento de garantia do cidadão em relação à Administração Pública. Assim, torna-se evidente que aperfeiçoamentos na gestão e no trâmite de processos administrativos são extremamente bem-vindos. Motivados pelos inúmeros benefícios delas advindos, diversos órgãos públicos vêm recentemente desenvolvendo iniciativas nesse campo, com excelentes resultados. Entre as iniciativas mais impactantes, encontra-se, sem dúvida o Processo Eletrônico. Esse conceito inovador permite incrementar drasticamente a eficiência e transparência do processo administrativo e legislativo, ao libertá-lo das inúmeras restrições impostas pelo uso do papel. Entre os órgãos públicos que já o implantaram e que vêm desfrutando de seus benefícios encontram-se o Banco Central do Brasil e a Receita Federal do Brasil. Os resultados apurados pela Receita Federal do Brasil com a implantação do Processo Administrativo Eletrônico não

X
/




Câmara Municipal de Américo Brasiliense

deixam dúvida quanto ao enorme poder transformador dessa ideia. Entre eles estão: redução do tempo de trâmite do processo em até 40%; aumento de produtividade dos servidores; melhoria no atendimento ao cidadão; melhoria da transparência e da gestão do conhecimento; redução de 2/3 da quantidade de papel impresso e redução de 70% do espaço de armazenagem. Somados, os benefícios equivalem a retornos financeiros de mais de R\$ 200 milhões anuais, o que representa dez vezes o valor investido no desenvolvimento da solução, demonstrando assim a excepcional relação custo-benefício da correta aplicação desse conceito. É merecedor de registro, igualmente, o grande impacto que o conceito de Processo Eletrônico vem produzindo no Poder Judiciário. O tema Processo Eletrônico vem sendo, já há 3 alguns anos, tratado como assunto estratégico do Judiciário, mobilizando as mais altas autoridades, grande quantidade de servidores e vultosos recursos, e produzindo vastíssimo material de referência. Também vem o Judiciário experimentando excelentes resultados com a implantação do Processo Eletrônico, com reduções de mais de 80% do tempo de tramitação de processos e com positivo impacto socioambiental. Com tantos e tão expressivos registros de benefícios já alcançados, torna-se evidente que a implantação do Processo Administrativo Eletrônico no âmbito do poder legislativo municipal é algo altamente positivo e desejável.

Esperando que a presente propositura seja acolhida pelos Nobres Edis que compõem essa Augusta Casa de Leis, subscrevemo-nos enviando nossos protestos de estima e consideração.

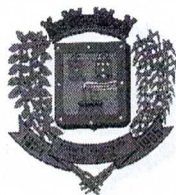
Sala de Sessões "Dr. Elias Leme da Costa", 04 de julho de 2022.


JOSÉ ROBERTO DE ANDRADE
Presidente


SILAS FERNANDES PINTO
Vice-Presidente


ZÉLIA DO CARMO GRACINDO
1ª Secretária


VALDEIR BEZERRA DA SILVA
2º Secretário



Folha	05
Proc.	606/2022
Resp.	TRCB

Câmara Municipal de Américo Brasiliense

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 009/2022

Autoria: MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL

“Institui e regulamenta a utilização de meio eletrônico para a tramitação de processo administrativo e legislativo no âmbito da Câmara Municipal de Américo Brasiliense e dá outras providências.”

CAPÍTULO I

DO PROCESSO ELETRÔNICO

Art. 1º. O processo eletrônico no âmbito da Câmara Municipal de Américo Brasiliense fica instituído e regulamentado por esta Resolução.

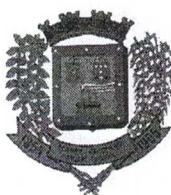
§ 1º A implantação do ambiente digital de gestão documental junto à Câmara Municipal de Américo Brasiliense/SP dar-se-á gradualmente, admitindo-se, até 31 de dezembro de 2023 processos em formato físico ou híbrido.

§ 2º O uso de meio eletrônico na tramitação de processos administrativos e proposições legislativas, comunicação de atos e transmissão de peças processuais indicadas no Regimento Interno da Câmara Municipal de Américo Brasiliense, na Lei Orgânica do Município de Américo Brasiliense e normas afetas ao processo legislativo e administrativo será admitido nos termos desta resolução.

§ 3º A forma da prática dos atos e processos realizados em meio eletrônico e os fluxos das tramitações a eles inerentes serão disciplinadas por Atos ou Instruções da Presidência da Câmara Municipal.

Art. 2º. Para o disposto nesta Resolução, considera-se:

I – documento: unidade de registro de informações, independente do formato, do suporte ou da natureza;



Câmara Municipal de Américo Brasiliense

II - documento digital: informação registrada, codificada em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de sistema computacional, podendo ser:

a) documento nato digital: documento criado originalmente em meio eletrônico; ou

b) documento digitalizado: documento obtido a partir da conversão de um documento não digital, gerando uma fiel representação em código digital;

III - meio eletrônico: qualquer forma de armazenamento ou tráfego de documentos e arquivos digitais;

IV - transmissão eletrônica: toda forma de comunicação a distância com a utilização de redes de comunicação, preferencialmente a rede mundial de computadores;

V - processo: o conjunto de atos realizados pela Câmara Municipal, ordenados conforme as regras expressas na Constituição Federal, nas leis e regulamentos e em seu Regimento Interno, englobando o processo legislativo e o processo administrativo;

VI - processo eletrônico: conjunto de arquivos eletrônicos composto de peças, documentos e atos processuais que tramitam por meio eletrônico, desde a sua autuação até a sua conclusão, inclusive os respectivos despachos eletrônicos e documentos anexados, produzidos tanto no bojo do processo legislativo quando no do processo administrativo;

VII - proposição: toda matéria sujeita a deliberação do Plenário, nos termos do artigo 133 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Américo Brasiliense/SP;

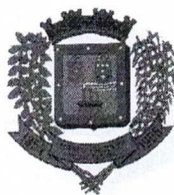
VIII - assinatura eletrônica: as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido de acordo com as regras da infraestrutura de Chaves Públicas e Privadas (ICP) Brasil, estabelecidas pela Medida Provisória 2200/01 e observados os padrões definidos por essa Infraestrutura;

b) mediante prévia autenticação no sistema de processo eletrônico da Câmara Municipal de Américo Brasiliense/SP.

Art. 3º São objetivos da Câmara Municipal de Américo Brasiliense/SP ao instituir e regulamentar a utilização de meio eletrônico para a tramitação de processo administrativo e legislativo:

I - produzir documentos e processos eletrônicos com segurança, transparência, economicidade, sustentabilidade ambiental e, sempre que possível, de forma padronizada;



Câmara Municipal de Américo Brasiliense

II - possibilitar maior eficácia e celeridade aos processos;

III - assegurar a proteção da autoria, da autenticidade, da integridade, da disponibilidade e da legibilidade de documentos digitais, observadas as disposições da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

IV - assegurar a gestão, a preservação e a segurança de documentos e processos eletrônicos no tempo.

Art. 4º O sistema de processamento eletrônico da Câmara Municipal será utilizado como meio eletrônico de apresentação de proposições e tramitação de processos legislativos e administrativos.

Art. 5º O envio por meio eletrônico será admitido mediante uso de assinatura eletrônica.

§ 1º Ao usuário, serão atribuídos registro e meio de acesso ao sistema, de modo a preservar o sigilo à identificação e à autenticidade de suas comunicações.

CAPÍTULO II

DA GESTÃO DE DOCUMENTOS

Art. 6º A gestão de documentos da Câmara Municipal deve ser realizada exclusivamente por meio do memorando eletrônico, ofício eletrônico e protocolo eletrônico.

§ 1º A finalidade do **memorando eletrônico** é formalizar a gestão de documentos internos, quando se tratar de assuntos simples ou rotineiros, em especial:

I - solicitar execução de atividades;

II - solicitar compras;

III - agendar reuniões;

IV - solicitar informações;

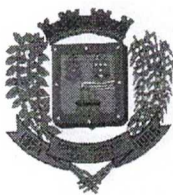
V - encaminhar documentos;

VI - solicitar providências rotineiras;

VII - solicitar pareceres;

VIII - outros assuntos considerados de mero expediente.

§ 2º Os **ofícios eletrônicos**, sobre qualquer assunto, expedidos pelas autoridades dentro do sistema de gestão de documentos, serão encaminhados para destinatários fora da administração municipal por correio eletrônico.



Câmara Municipal de Américo Brasiliense

§ 3º Os **protocolos** iniciados no âmbito do Município serão gerados pelo requerente de forma eletrônica ou presencial na Secretaria competente, mediante exposição de motivos e juntada de documentos que os fundamentem.

Art. 7º Todos os documentos eletrônicos, bem como seus anexos, recebem obrigatoriamente uma numeração sequencial automática e passam a circular dentro dos setores competentes.

Parágrafo único. A responsabilidade pela guarda excessiva ou pelo descarte indevido dos documentos, sejam eletrônicos ou impressos, é da unidade emissora.

Art. 8º. A autenticidade e a integridade dos documentos deverão ser garantidas por sistema de segurança eletrônica acessível por conexão criptografada SSL, mediante uso de certificação digital emitida de acordo com as regras da infraestrutura de Chaves Públicas e Privadas (ICP) Brasil.

§ 1º As proposições e documentos produzidos de forma eletrônica deverão ser assinados digitalmente por seu autor, como garantia da origem e de seu signatário.

§ 2º Os documentos digitalizados deverão ser assinados ou rubricados e anexados à proposição ou documento principal, que deverão ser assinados digitalmente.

Art. 9º. É de exclusiva responsabilidade do titular de certificação digital o uso e sigilo de sua senha pessoal e da sua chave privada da sua identidade digital, não sendo oponível, em nenhuma hipótese, alegação de seu uso indevido.

CAPÍTULO III

DA APRESENTAÇÃO ELETRÔNICA

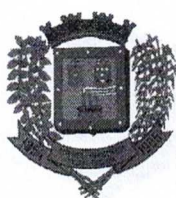
Art. 10. As proposições e demais documentos deverão ser produzidos eletronicamente e enviados pelo sistema de processamento eletrônico da Câmara Municipal de Américo Brasiliense/SP.

§ 1º O envio externo de documentos far-se-á nos termos do parágrafo 2º, do artigo 6º, através de correio eletrônico ou de sistema integrado de transmissão eletrônica de dados.

§ 2º Nos processos eletrônicos, os atos processuais deverão ser realizados por meio eletrônico, exceto em situações em que este procedimento for comprovadamente inviável ou em caso de indisponibilidade do meio eletrônico, cujo prolongamento cause danos relevante à celeridade do processo.

§ 3º No caso das exceções previstas no § 1º, os atos processuais poderão ser praticados segundo as regras aplicáveis aos processos físicos, desde que

[Handwritten signature and initials in blue ink]



Folha	09
Proc.	606/2022
Resp.	Rom

Câmara Municipal de Américo Brasiliense

posteriormente o documento-base correspondente seja digitalizado e digitalmente assinado.

Art. 11. Nos casos de indisponibilidade do sistema ou impossibilidade técnica por parte da Câmara Municipal:

I – prorroga-se, automaticamente, para o primeiro dia útil seguinte à solução do problema, o termo final para a prática de ato sujeito a prazo;

II – será permitido o encaminhamento em meio físico, excepcionalmente em casos urgentes, à Presidência da Câmara.

Parágrafo único. A indisponibilidade de sistema ou impossibilidade técnica serão reconhecidas no sítio da Câmara.

Art. 12. A correta formação do processo eletrônico é de responsabilidade dos servidores do Legislativo e dos Vereadores, que deverão preencher corretamente os campos obrigatórios contidos no formulário eletrônico.

Parágrafo único. Caso verifique irregularidade insanável na formação ou na tramitação do processo que impeça ou dificulte sua análise, o Presidente da Câmara Municipal de Américo Brasiliense, após parecer da Procuradoria da Câmara, poderá abrir prazo para que se promova as correções necessárias.

Art. 13. Consideram-se realizados os atos no dia e na hora de seu recebimento no sistema de processamento eletrônico da Câmara Municipal, exceto em casos excepcionais e devidamente justificados no próprio sistema.

§ 1º. Os atos serão considerados tempestivos quando recebidos até as vinte e três horas e cinquenta e nove minutos do último dia do prazo, considerado o horário oficial de Brasília/DF, exceto no caso de protocolo de proposições legislativas em que deverá ser observado o horário de expediente da Câmara Municipal, nos termos do artigo 2º do Ato da Presidência nº 004, de 16 de janeiro de 2019.

§ 2º. Considera-se prorrogado o prazo até as vinte e três horas e cinquenta e nove minutos do primeiro dia útil subsequente ao vencimento que ocorrer em dia sem expediente.

Art. 14. Será fornecido pelo sistema de processamento eletrônico da Câmara Municipal de Américo Brasiliense recibo eletrônico dos atos praticados, e que conterá as informações relativas à data, à hora da prática do ato e à identificação da solicitação.

Art. 15. É livre a consulta, no sítio da Câmara Municipal de Américo Brasiliense, às proposições e aos atos relativos ao processo legislativo eletrônico.



Folha	10
Proc.	606/2022
Resp.	1200

Câmara Municipal de Américo Brasiliense

Art. 16. As proposições e documentos produzidos eletronicamente com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

§ 1º. Os extratos digitais e os documentos digitalizados e juntados têm a mesma força probante dos originais, ressalvada a alegação motivada e fundamentada de adulteração antes ou durante o processo de digitalização.

§ 2º. Os documentos cuja digitalização seja tecnicamente inviável devido ao grande volume ou por motivo de ilegibilidade deverão ser apresentados na Secretaria da Câmara no prazo de 02 (dois) dias úteis contados do envio de petição eletrônica, em original ou cópia autenticada.

Art. 17. A conservação dos autos do processo poderá ser efetuada total ou parcialmente por meio eletrônico.

Parágrafo único. Os autos dos processos eletrônicos deverão ser protegidos por meio de sistemas de segurança de acesso e armazenados em meio que garanta a preservação e integridade dos dados, sendo dispensada a formação de autos suplementares.

Art. 18 Fica vedada a impressão de documentos eletrônicos, exceto para:

I - fornecer comprovante ao requerente que efetuou o protocolo de forma presencial;

II - impressão do documento, na forma da legislação que a exigir.

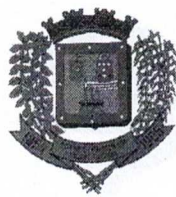
III - juntar a processo administrativo, quando o assunto exigir a juntada do documento.

Parágrafo único. A exceção prevista no inciso III deste artigo ficará sob a responsabilidade do agente público que juntou o documento no processo administrativo.

Art. 19 A classificação da informação sigilosa e a proteção de dados pessoais no ambiente digital de gestão documental observarão as disposições da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e das demais normas aplicáveis.

Art. 20 A autoria, a autenticidade e a integridade de documentos digitais e da assinatura poderão ser obtidas por meio de certificação digital emitida conforme padrões definidos pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP) Brasil, instituída pela Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, assim como pelo uso de assinatura eletrônica, nos termos da Lei 14.063, de 23 de setembro de 2020, preservadas as hipóteses legais de anonimato.

§ 1º O disposto no caput deste artigo não obsta a utilização de outro meio lícito de comprovação da autoria, autenticidade e integridade de documentos digitais, em especial aqueles que utilizem identificação por meio de usuário e senha.



Folha	11
Proc.	606/2022
Resp.	1200

Câmara Municipal de Américo Brasiliense

§ 2º Os documentos nato-digitais assinados eletronicamente na forma deste artigo serão considerados originais nos termos da lei aplicável.

Art. 21 Os atos processuais praticados no ambiente digital de gestão documental deverão observar os prazos definidos em lei para manifestação dos interessados e para decisão da autoridade competente, sendo considerados realizados na data e horário identificados no recibo eletrônico de protocolo emitido pelo sistema.

§ 1º Usuários não cadastrados no ambiente digital de gestão documental terão acesso, na forma da lei, a documentos e processos eletrônicos por meio de arquivo em formato digital, disponibilizado pela Câmara Municipal detentora do documento.

Art. 22. O envio e recebimento dos documentos eletrônicos serão feitos exclusivamente pelo sistema adotado pela Câmara Municipal ou por sistema integrado de transmissão eletrônica de dados.

Art. 23. O titular do órgão terá acesso a caixa de mensagens da unidade que dirige, por meio de login no sistema, sendo de sua responsabilidade:

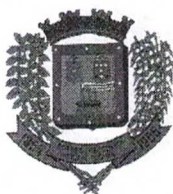
- I - manter em sigilo a senha de acesso ao sistema;
- II - delegar acesso a outros servidores públicos à caixa de mensagens da unidade;
- III - efetuar log-off, sempre que se ausentar da unidade, a fim de evitar acesso indevido;
- IV - zelar:
 - a) pela fidelidade dos dados enviados e pelo envio ao destinatário certo;
 - b) pelo acesso ao conteúdo armazenado na caixa;
 - c) pela leitura dos documentos recebidos;
 - d) pela guarda ou descarte de mensagens enviadas, recebidas e de controle;
 - e) pela resposta ou encaminhamento da demanda remetida ao setor competente via documento eletrônico.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24. Os sistemas a serem desenvolvidos para o processo eletrônico deverão ser, preferencialmente, programas em código aberto, acessíveis ininterruptamente por meio da rede mundial de computadores.

Art. 25. Após 31 de dezembro de 2023, todas as tramitações de documentos internos e externos serão realizadas exclusivamente de forma eletrônica, não se



Câmara Municipal de Américo Brasiliense

admitindo requisições em formato físico, exceto em situações em que este procedimento for comprovadamente inviável ou em caso de indisponibilidade do meio eletrônico, cujo prolongamento cause danos relevante à celeridade do processo.

Art. 26. Compete à Presidência da Câmara orientar os usuários quanto à implementação da comunicação eletrônica na Câmara Municipal de Américo Brasiliense/SP.

Art. 27. As rotinas e procedimentos administrativos inerentes ao processo eletrônico serão regulamentados por meio de Ato da Presidência.

Art. 28. As despesas decorrentes desta resolução correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 29. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2022 e revogadas as disposições em contrário.

Sala de Sessões "Dr. Elias Leme da Costa", 04 de julho de 2022

JOSÉ ROBERTO DE ANDRADE
Presidente

SILAS FERNANDES PINTO
Vice-Presidente

ZÉLIA DO CARMO GRACINDO
1ª Secretária

VALDEIR BEZERRA DA SILVA
2º Secretário

LIDO
Em 04/07/2022
Encaminhe-se para as comissões competentes

PRESIDENTE

Aprovado em única discussão

Em 05/07/2022

Presidente



Projeto de Resolução nº 9 de 2022 | Aguarda Protocolo | 01/07/2022

(Projeto de Resolução nº 9 de 2022)

[Listar Tramitações](#) [Adicionar Tramitação](#)

[Editar](#) [Excluir](#)

Tramitação

Data Tramitação

01/07/2022

Unidade Local

Mesa Diretora - MD

Folha	13
Proc.	606/2022
Resp.	TRCD

Unidade Destino

Secretaria Administrativa - SEC

Data Encaminhamento

Data Fim Prazo

Status

Aguarda Protocolo

Turno

Urgente ?

Não

Texto da Ação

Usuário

[Raquel](#)

IP

201.33.203.252

Data e Hora da Edição

15 de Julho de 2022 às 15:50

Desenvolvido pelo [Interlegis](#) em software livre e
aberto. Release: 3.1.163-RC2

Conteúdo e dados sob licença [Creative Commons](#)
4.0

[Atribuir Fonte](#) - [Compartilhar Igual](#)

Câmara Municipal de Américo Brasileiro

Rua Manoel Borba, 298 - Centro

CEP: 14820-003 | Telefone: (16) 3392-1134

[OpenAPI](#) | [Site](#) | [Fale Conosco](#)

FM BRANCO



Projeto de Resolução nº 9 de 2022 | Proposição Protocolada | 01/07/2022 (Projeto de Resolução nº 9 de 2022)

[Listar Tramitações](#) [Adicionar Tramitação](#)

[Editar](#) [Excluir](#)

Tramitação

Data Tramitação

01/07/2022

Unidade Local

Secretaria Administrativa - SEC

Folha	14
Proc.	606/2022
Resp.	TR100

Unidade Destino

Procuradoria Jurídica - PJ

Data Encaminhamento

Data Fim Prazo

Status

Proposição Protocolada

Turno

Urgente ?

Não

Texto da Ação

Usuário

[Raquel](#)

IP

201.33.203.252

Data e Hora da Edição

15 de Julho de 2022 às 15:52

Desenvolvido pelo [Interlegis](#) em software livre e aberto. Release: 3.1.163-RC2

Conteúdo e dados sob licença [Creative Commons](#) 4.0

[Atribuir Fonte](#) - [Compartilhar Igual](#)

Câmara Municipal de Américo Brasiliense

Rua Manoel Borba, 298 - Centro

CEP: 14820-003 | Telefone: (16) 3392-1134

[OpenAPI](#) | [Site](#) | [Fale Conosco](#)

EM BRANCO



Projeto de Resolução nº 9 de 2022 | Segue para tramitações | 01/07/2022 (Projeto de Resolução nº 9 de 2022)

[Listar Tramitações](#) [Adicionar Tramitação](#)

[Editar](#) [Excluir](#)

Tramitação

Data Tramitação

01/07/2022

Unidade Local

Procuradoria Jurídica - PJ

Folha	15
Proc.	606/2022
Resp.	1800

Unidade Destino

Assessoria Legislativa - AL

Data Encaminhamento

Data Fim Prazo

Status

Segue para tramitações

Turno

Urgente ?

Não

Texto da Ação

Usuário

[Raquel](#)

IP

201.33.203.252

Data e Hora da Edição

15 de Julho de 2022 às 15:52

EM BRANCO



Projeto de Resolução nº 9 de 2022 | Aguardando leitura da Proposição em Plenário | 04/07/2022 (Projeto de Resolução nº 9 de 2022)

[Listar Tramitações](#) [Adicionar Tramitação](#)

[Editar](#) [Excluir](#)

Tramitação

Data Tramitação

04/07/2022

Unidade Local

Assessoria Legislativa - AL

Folha	16
Proc.	606/2022
Resp.	PRC

Unidade Destino

Plenário - PLE

Data Encaminhamento

Data Fim Prazo

Status

Aguardando leitura da Proposição em Plenário

Turno

Urgente ?

Não

Texto da Ação

Usuário

[Raquel](#)

IP

201.33.203.252

Data e Hora da Edição

15 de Julho de 2022 às 15:52

Desenvolvido pelo [Interlegis](#) em software livre e aberto. Release: 3.1.163-RC2

Conteúdo e dados sob licença [Creative Commons](#) 4.0

[Atribuir Fonte](#) - [Compartilhar Igual](#)

Câmara Municipal de Américo Brasiliense

Rua Manoel Borba, 298 - Centro

CEP: 14820-003 | Telefone: (16) 3392-1134

[OpenAPI](#) | [Site](#) | [Fale Conosco](#)

EM BRANCO



Projeto de Resolução nº 9 de 2022 | Proposição lida em Plenário | 04/07/2022 (Projeto de Resolução nº 9 de 2022)

[Listar Tramitações](#) [Adicionar Tramitação](#)

[Editar](#) [Excluir](#)

Tramitação

Data Tramitação

04/07/2022

Unidade Local

Plenário - PLE

Folha	17
Proc.	606/2022
Resp.	NR 10

Unidade Destino

Assessoria Legislativa - AL

Data Encaminhamento

Data Fim Prazo

Status

Proposição lida em Plenário

Turno

Urgente ?

Não

Texto da Ação

Usuário

[Raquel](#)

IP

201.33.203.252

Data e Hora da Edição

15 de Julho de 2022 às 15:53

Desenvolvido pelo [Interlegis](#) em software livre e aberto. Release: 3.1.163-RC2

Conteúdo e dados sob licença [Creative Commons](#) 4.0
[Atribuir Fonte](#) - [Compartilhar Igual](#)

Câmara Municipal de Américo Brasileiro
Rua Manoel Borba, 298 - Centro
CEP: 14820-003 | Telefone: (16) 3392-1134
[OpenAPI](#) | [Site](#) | [Fale Conosco](#)

EM BRANCO



**Câmara
Américo
Brasiliense**

raquel legislativo <raquel.legislativo@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br>

PR 009 Parecer CJLR

1 mensagem

raquel legislativo <raquel.legislativo@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br>

15 de julho de 2022 15:20

Para: marly pavão <marly.pavao@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br>, maiconrios.direito@gmail.com, marlyheldpavao@gmail.com, maiconrios maiconrios <maiconrios@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br>, Leandro Mancha <leandromanha@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br>, leandromorales821@gmail.com
Cc: procuradoria juridico <procuradoria@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br>

Ilmos Srs. membros da CJLR

Encaminho em anexo o PR 009 que ***"Institui e regulamenta a utilização de meio eletrônico para a tramitação de processo administrativo e legislativo no âmbito da Câmara Municipal de Américo Brasiliense e dá outras providências"*** para elaboração de parecer.

Folha	18
Proc.	606/2022
Resp.	TRC



Tereza Raquel Cardoso de Brito
Assistente Legislativo

T: (16) 3392-1134 - ramal 23

Câmara Municipal de Américo Brasiliense

R. Manoel Borba, 298 - Centro - Américo Brasiliense/SP

www.camaraamericobrasiliense.sp.gov.br

PR 009.pdf
3221K

EM BRANCO



**Câmara
Américo
Brasiliense**

raquel legislativo <raquel.legislativo@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br>

PR 009 Parecer CFO

1 mensagem

raquel legislativo <raquel.legislativo@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br>

15 de julho de 2022 15:20

Para: maiconrios maiconrios <maiconrios@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br>, maiconrios.direito@gmail.com, Diego Viveiros <diegoviveiros@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br>, leandromorales821@gmail.com, Leandro Mancha <leandromancha@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br>

Cc: procuradoria juridico <procuradoria@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br>

Ilmos Srs. membros da CFO

Encaminho em anexo o PR 009 que ***"Institui e regulamenta a utilização de meio eletrônico para a tramitação de processo administrativo e legislativo no âmbito da Câmara Municipal de Américo Brasiliense e dá outras providências"*** para elaboração de parecer.



Tereza Raquel Cardoso de Brito
Assistente Legislativo

T: (16) 3392-1134 - ramal 23

Câmara Municipal de Américo Brasiliense

R. Manoel Borba, 298 - Centro - Américo Brasiliense/SP

www.camaraamericobrasiliense.sp.gov.br

Folha	19
Proc.	606/2022
Resp.	RP CB



PR 009.pdf

3221K

EM BRANCO



Projeto de Resolução nº 9 de 2022 | Aguardando emissão de parecer das comissões permanentes | 15/07/2022 (Projeto de Resolução nº 9 de 2022)

[Listar Tramitações](#) [Adicionar Tramitação](#)

[Editar](#) [Excluir](#)

Tramitação

Data Tramitação

15/07/2022

Unidade Local

Assessoria Legislativa - AL

Folha	20
Proc.	606/2022
Resp.	RCM

Unidade Destino

CP - Comissões Permanentes

Data Encaminhamento

Data Fim Prazo

Status

Aguardando emissão de parecer das comissões permanentes

Turno

Urgente ?

Não

Texto da Ação

Enviado para CJLR e CFO

Usuário

[Raquel](#)

IP

201.33.203.252

Data e Hora da Edição

15 de Julho de 2022 às 15:53

Câmara Municipal de Américo Brasileiro

Rua Manoel Borba, 298 - Centro

CEP: 14820-003 | Telefone: (16) 3392-1134

[Quem Somos](#) | [Site](#) | [Fale Conosco](#)

Desenvolvido pelo [Interlegis](#) em software livre e aberto. Release: 3.1.163-RC2

Conteúdo e dados sob licença [Creative Commons](#)

4.0

[Atribuir Fonte](#) - [Compartilhar Igual](#)

EM BRANCO



Câmara Municipal de Américo Brasiliense

COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

PARECER Nº 079/2022

Projeto de Resolução nº 009/2022

Folha	21
Proc.	666/2022
Resp.	PRCD

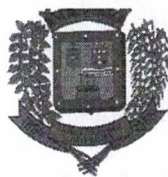
Por intermédio de justificativa a Mesa Diretora da Câmara Municipal, composta pelos Vereadores José Roberto de Andrade (Zé Roberto), Silas Fernandes Pinto (Silas da Sadia), Valdeir Bezerra da Silva (Dega da Padaria) e Zélia do Carmo Gracindo (Zélia Protetora dos Animais) encaminha o presente Projeto de Resolução que **institui e regulamenta a utilização de meio eletrônico para a tramitação de processo administrativo e legislativo no âmbito da Câmara Municipal de Américo Brasiliense e dá outras providências.**

I – Preliminarmente:

- 1) Propositura formalmente em ordem, atendendo às normas regimentais vigentes e não requerendo tramitação em regime de URGÊNCIA, devendo tramitar, portanto, em **regime ORDINÁRIO**, nos termos do art. 140, inciso III, do Regimento Interno desta Casa de Leis;
- 2) Por se tratar de proposição destinada a regular assunto de natureza político-administrativa, sua competência cabe à Mesa Diretora, nos termos do Art. 16, inciso IV, do Regimento Interno, e o rito de tramitação segue o disposto no artigo 158, §1º, alínea “g” do Regimento Interno sendo que sua aprovação depende de “quórum” de **maioria simples** dos membros deste Legislativo, em um **único turno de votação**, devendo, portanto, ser observado;
- 3) A propositura veio à análise desta Comissão a fim de ser apreciada quanto a seus aspectos constitucional, legal e lógico-gramatical (Art. 54, do Regimento Interno).

II – No mérito:

- 1) Considerando que esta Comissão se manifesta pela **legalidade** e **constitucionalidade** da propositura, observamos junto a Procuradoria Jurídica, que não há, em princípio, descumprimento da Constituição Federal ou mesmo da legislação infraconstitucional e/ou local, observando, especialmente as competências indicadas pelo Regimento Interno, vez que o referido projeto visa



Câmara Municipal de Américo Brasiliense

instituir e regulamentar a utilização de meio eletrônico para a tramitação de processo administrativo e legislativo no âmbito da Câmara Municipal de Américo Brasiliense, sendo que, como já ressaltado, do ponto de vista jurídico, não há qualquer óbice.

III – Conclusão:

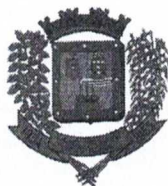
1) Desta forma, não havendo óbices de ordem jurídico-constitucionais, esta Comissão opina pela **legalidade** e **constitucionalidade** do referido Projeto de Resolução vez que não contém qualquer vício em sua redação ou burla a legalidade, devendo seguir em sua regular tramitação, ficando a acolhida ou não do mérito do projeto a critério do D. Plenário.

Sala de Reuniões das Comissões “Carlos Abi-Jaudi”, 15 de julho de 2022.

Presidente: Marly Luzia Held Pavão _____

Relator: Maicon Rios de Souza _____

Membro: Leandro Henrique Moralles _____



Câmara Municipal de Américo Brasiliense

Folha	23
Proc.	606/2022
Resp.	WCB

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PARECER Nº 078/2022

Projeto de Resolução nº 009/2022

De iniciativa da Mesa Diretora desta Câmara Municipal, o Projeto de Resolução em exame **institui e regulamenta a utilização de meio eletrônico para a tramitação de processo administrativo e legislativo no âmbito da Câmara Municipal de Américo Brasiliense e dá outras providências.**

A matéria foi apreciada em consonância com as competências atribuídas a esta Comissão pelo Artigo nº 55 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Américo Brasiliense (Resolução nº 02, de 21 de dezembro de 2020).

Assim, considerando que o referido projeto de lei visa regulamentar situação fática vivida na prática pelos senhores vereadores e servidores e atender às necessidades de modernização do serviço público legislativo, **instituindo e regulamentando a utilização de meio eletrônico para a tramitação de processo administrativo e legislativo no âmbito da Câmara Municipal de Américo Brasiliense**, não gerando, portanto, de forma direta e imediata nenhuma alteração financeira ou orçamentária no orçamento público municipal, a Comissão de Finanças e Orçamento concluiu não haver qualquer óbice de natureza financeira ou orçamentária para a tramitação da matéria.

No Mérito, sua acolhida ou não, fica a critério do Douto Plenário.

Sala de Reuniões das Comissões "Carlos Abi-Jaudi", 15 de julho de 2022.

Presidente: Maicon Rios de Souza _____

Relator: Diego Rodrigues de Souza _____

Membro: Leandro Henrique Moralles _____

500
500
500

REPUBLICA DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

DEPARTAMENTO DE AÇÃO CIVIL

EM BRANCO

[Handwritten signature]

[Handwritten text]



Projeto de Resolução nº 9 de 2022 | Parecer favorável da comissão | 15/07/2022 (Projeto de Resolução nº 9 de 2022)

[Listar Tramitações](#) [Adicionar Tramitação](#)

[Editar](#) [Excluir](#)

Tramitação

Data Tramitação

15/07/2022

Unidade Local

CP - Comissões Permanentes

Folha	24
Proc.	606/2022
Resp.	1800

Unidade Destino

Assessoria Legislativa - AL

Data Encaminhamento

Data Fim Prazo

Status

Parecer favorável da comissão

Turno

Urgente ?

Não

Texto da Ação

Usuário

[Raquel](#)

IP

201.33.203.252

Data e Hora da Edição

25 de Julho de 2022 às 10:21

Desenvolvido pelo [Interlegis](#) em software livre e aberto. Release: 3.1.163-RC2

Conteúdo e dados sob licença [Creative Commons](#) 4.0

[Atribuir Fonte](#) - [Compartilhar Igual](#)

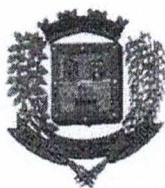
Câmara Municipal de Américo Brasileiro

Rua Manoel Borba, 298 - Centro

CEP: 14820-003 | Telefone: (16) 3392-1134

[OpenAPI](#) | [Site](#) | [Fale Conosco](#)

EM BRANCO



Câmara Municipal de Américo Brasiliense

Folha	25
Proc.	66/2022
Resp.	TRU


**EDITAL NÚMERO 015/2022
DE 19 DE JULHO DE 2022.**

Convocação de Sessão Extraordinária da
Câmara Municipal de Américo Brasiliense,
para o dia 21 de julho de 2022.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE AMÉRICO BRASILIENSE,
Estado de São Paulo, usando da atribuição que lhe é conferida pelo Artigo 37, Inciso II, da
Lei Orgânica do Município de Américo Brasiliense, pelo presente Edital, **CONVOCA** os
Senhores Vereadores para uma Sessão Extraordinária a realizar-se no dia 21 de julho de
2022, às 11 horas em sua sede à Rua Manoel Borba, 298 nesta cidade, para fim específico de
deliberar sobre a Ordem do Dia anexa.

Dado e passado nesta cidade vai por mim assinado e afixado em lugar de
costume, na forma da Lei.

Câmara Municipal de Américo Brasiliense, 19 de julho de 2022.


JOSÉ ROBERTO DE ANDRADE
Presidente

EM BRANCO



Câmara Municipal de Américo Brasiliense

Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

Pauta da 18ª EXTRAORDINÁRIA da 2ª Sessão Legislativa da 14ª Legislatura (2021 - 2024) Legislatura

Folha	26
Proc.	606/2022
Resp.	DB CD

Identificação Básica

Tipo de Sessão: EXTRAORDINÁRIA

Abertura: 21/07/2022 - 11:00

Encerramento: 21/07/2022 -

Expedientes

Matérias do Expediente

Não existem Matérias de Expediente para essa Sessão Plenária

Matérias da Ordem do Dia

Matéria	Ementa	Situação
1 - Projeto de Lei Ordinária nº 47 de 2022 Processo: - Autor: Dirceu Brás Pano - Prefeito Municipal	Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial e dá outras providências.	Aguardando emissão de parecer das comissões permanentes
2 - Projeto de Lei Ordinária nº 48 de 2022 Processo: - Autor: Dirceu Brás Pano - Prefeito Municipal	Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial e dá outras providências.	Aguardando emissão de parecer das comissões permanentes
3 - Projeto de Lei Ordinária nº 49 de 2022 Processo: - Autor: Dirceu Brás Pano - Prefeito Municipal	Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, crédito adicional especial e dá outras providências.	Aguardando emissão de parecer das comissões permanentes
4 - Projeto de Lei Ordinária nº 50 de 2022 Processo: - Autor: Dirceu Brás Pano - Prefeito Municipal	Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, e dá outras providências.	Aguardando emissão de parecer das comissões permanentes
5 - Projeto de Resolução nº 9 de 2022 Processo: - Autor: Zé Roberto, Silas da Sadia, Zélia Protetora dos Animais, Dega - Mesa Diretora	Institui e regulamenta a utilização de meio eletrônico para a tramitação de processo administrativo e legislativo no âmbito da Câmara Municipal de Américo Brasiliense e dá outras providências.	Aguardando emissão de parecer das comissões permanentes


EM BRANCO



**Câmara Municipal de Américo
Brasiliense**

Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

**Pauta da 18ª EXTRAORDINÁRIA da 2ª Sessão Legislativa da 14ª Legislatura (2021 -
2024) Legislatura**


JOSÉ ROBERTO DE ANDRADE
Presidente

Folha	27
Proc.	606/2022
Resp.	PRCB

EM BRANCO

EM BRANCO



Projeto de Resolução nº 9 de 2022 | Aguardando Votação | 21/07/2022

(Projeto de Resolução nº 9 de 2022)

[Listar Tramitações](#) [Adicionar Tramitação](#)

[Editar](#) [Excluir](#)

Tramitação

Data Tramitação

21/07/2022

Unidade Local

Assessoria Legislativa - AL

Folha	28
Proc.	606/2022
Resp.	TRM

Unidade Destino

Plenário - PLE

Data Encaminhamento

Data Fim Prazo

Status

Aguardando Votação

Turno

Urgente ?

Não

Texto da Ação

Usuário

[Raquel](#)

IP

201.33.203.252

Data e Hora da Edição

25 de Julho de 2022 às 10:24

Desenvolvido pelo [Interlegis](#) em software livre e aberto. Release: 3.1.163-RC2

Conteúdo e dados sob licença [Creative Commons](#) 4.0

[Atribuir Fonte](#) - [Compartilhar Igual](#)

Câmara Municipal de Américo Brasiliense

Rua Manoel Borba, 298 - Centro

CEP: 14820-003 | Telefone: (16) 3392-1134

[OpenAPI](#) | [Site](#) | [Fale Conosco](#)

	4003
	201
	219

EM BRANCO



CÂMARA MUNICIPAL DE AMÉRICO BRASILIENSE

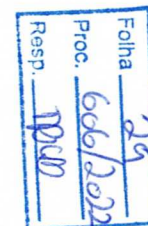
Rua Manoel Borba, 298 - Centro - Fone: (16)3392-1134
Américo Brasileiro - SP

LISTA DE PRESENÇA

Presidente: [assinatura]

Secretário: [assinatura]

Sessão Extraordinária - Data: 21/07/2022 Hora: 11:00h



NOMES	CHA	SUB	ASSINATURAS	VOTAÇÃO ORDEM DO DIA											
				PL 47/2022		PL 48/2022		PL 49/2022		PL 50/2022		PR 9/2022			
				S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N
ALCIDES LUIS DE CARVALHO	P		A	X		X		X		X					
ALDEVAM LIMA ARAÚJO	P		[assinatura]	X		X		X		X					
DIEGO RODRIGUES DE SOUZA	P		[assinatura]	X		X		X		X					
JOSÉ MÁRIO SILVA DOS ANJOS	P		[assinatura]	X		X		X		X					
JOSÉ ROBERTO DE ANDRADE	P		[assinatura]												
LEANDRO HENRIQUE MORALLES	A														
MAICON RIOS DE SOUZA	P		[assinatura]	X		X		X		X					
MARLY LUZIA HELD PAVÃO	P		[assinatura]	X		X		X		X					
ROBERTO RODRIGUES JOB	A														
SILAS FERNANDES PINTO	P		[assinatura]	X		X		X		X					
TRAJANO DE OLIVEIRA FILHO	A														
VALDEIR BEZERRA DA SILVA	P		[assinatura]	X		X		X		X					
ZÉLIA DO CARMO GRACINDO	P		[assinatura]	X		X		X		X					

Reduzido de 666/2022

Certifico a due fe que onde li-se: pedido de adiamento,
li-se: pedido de lista.

TRCardosoB

Tereza Raquel Cardoso de Brito
Assistente Legislativo
Matricula 110

Folha	20
Proc.	666/2002
Resp.	7800



Câmara Municipal de Américo Brasiliense

REQUERIMENTO DE PEDIDO DE VISTA Nº 003/2022

Folha	31
Proc.	606/2022
Resp.	1200

AUTOR/Vereador: MAICON RIOS DE SOUZA

REQUEIRO nos termos do art. 185 do Regimento Interno, Vista do Projeto de Resolução nº 009/2022 que *"Institui e regulamenta a utilização de meio eletrônico para a tramitação de processo administrativo e legislativo no âmbito da Câmara Municipal de Américo Brasiliense e dá outras providências"*, para melhor análise do Projeto de Resolução em questão.

Sala de Sessões "Dr. Elias Leme da Costa", 21 de julho de 2022.


Maicon Rios de Souza
Vereador



EM BRANCO



Projeto de Resolução nº 9 de 2022 | Adiada discussão e votação. | 21/07/2022 (Projeto de Resolução nº 9 de 2022)

[Listar Tramitações](#) [Adicionar Tramitação](#)

[Editar](#) [Excluir](#)

Tramitação

Data Tramitação

21/07/2022

Unidade Local

Plenário - PLE

Folha	32
Proc.	606/2022
Resp.	TRUBO

Unidade Destino

Assessoria Legislativa - AL

Data Encaminhamento

Data Fim Prazo

Status

Adiada discussão e votação.

Turno

Urgente ?

Não

Texto da Ação

Usuário

[Raquel](#)

IP

201.33.203.252

Data e Hora da Edição

25 de Julho de 2022 às 10:25

Desenvolvido pelo [Interlegis](#) em software livre e aberto. Release: 3.1.163-RC2

Conteúdo e dados sob licença [Creative Commons](#) 4.0

[Atribuir Fonte](#) - [Compartilhar Igual](#)

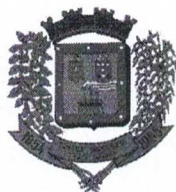
Câmara Municipal de Américo Brasiliense

Rua Manoel Borba, 298 - Centro

CEP: 14820-003 | Telefone: (16) 3392-1134

[OpenAPI](#) | [Site](#) | [Fale Conosco](#)

EM BRANCO



Câmara Municipal de Américo Brasiliense

EMENDA Nº 04

Folha	33
Proc.	606/2022
Resp.	mau

Emenda nº 01 Modificativa ao Projeto de Resolução nº 009/2022

Autor/ Vereador: **Maicon Rios de Souza**

O parágrafo 1º, do Artigo 1º do Projeto de Resolução nº 009/2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. (...)

§ 1º. A implantação do ambiente digital de gestão documental junto à Câmara Municipal de Américo Brasiliense/SP dar-se-á gradualmente, admitindo-se processos em formato eletrônico, físico ou híbrido.

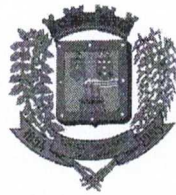
JUSTIFICATIVA

O projeto de resolução, no artigo referido, não reflete de forma adequada a dinâmica atual do Legislativo Municipal que ainda necessita de maior tempo para implementar uma cultura de processo informatizado junto aos Senhores Vereadores, sendo relevante uma maior flexibilidade na implantação do processo legislativo de forma 100% digital, devendo, portanto, ser emendado para adequar o texto legal à realidade desta Câmara.

Câmara Municipal de Américo Brasiliense, 29 de julho de 2022.

Relator: Maicon Rios de Souza _____

EM BRANCO



Câmara Municipal de Américo Brasiliense

Folha	39
Proc.	606/2022
Resp.	mlb

EMENDA Nº 05

Emenda nº 02 Modificativa ao Projeto de Resolução nº 009/2022

Autor/ Vereador: **Maicon Rios de Souza**

O Artigo 25 do Projeto de Resolução nº 009/2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 25. Todas as tramitações de documentos internos e externos poderão ser realizadas exclusivamente de forma eletrônica, exceto em situações em que este procedimento for comprovadamente inviável ou em caso de indisponibilidade do meio eletrônico, cujo prolongamento cause danos relevante à celeridade do processo.

JUSTIFICATIVA

O projeto de resolução, no artigo referido, não reflete de forma adequada a dinâmica atual do Legislativo Municipal que ainda necessita de maior tempo para implementar uma cultura de processo informatizado junto aos Senhores Vereadores, sendo relevante uma maior flexibilidade na implantação do processo legislativo de forma 100% digital, devendo, portanto, ser emendado para adequar o texto legal à realidade desta Câmara.

Câmara Municipal de Américo Brasiliense, 29 de julho de 2022.

Relator: Maicon Rios de Souza _____



EM BRANCO



Projeto de Resolução nº 9 de 2022 | Aguardando Votação | 05/09/2022 (Projeto de Resolução nº 9 de 2022)

[Listar Tramitações](#) [Adicionar Tramitação](#)

[Editar](#) [Excluir](#)

Tramitação

Data Tramitação

05/09/2022

Unidade Local

Assessoria Legislativa - AL

Folha	25
Proc.	606/2022
Resp.	1010

Unidade Destino

Plenário - PLE

Data Encaminhamento

Data Fim Prazo

Status

Aguardando Votação

Turno

Urgente ?

Não

Texto da Ação

Usuário

[Raquel](#)

IP

201.33.203.252

Data e Hora da Edição

8 de Setembro de 2022 às 11:15

[OpenAPI](#)

Câmara Municipal de Américo Brasileiro

Rua Manoel Borba, 298 - Centro

CEP: 14820-003 | Telefone: (16) 3392-1134

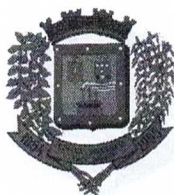
[OpenAPI](#) | [Site](#) | [Fale Conosco](#)

Desenvolvido pelo [Interlegis](#) em software livre e
aberto. Release: 3.1.163-RC6

Conteúdo e dados sob licença [Creative
Commons 4.0](#)

[Atribuir Fonte](#) - [Compartilhar Igual](#)

МЕДИЦИНА



Câmara Municipal de Américo Brasiliense

COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

REDAÇÃO FINAL Nº 004/2022

Folha	36
Proc.	606/2022
Resp.	RMB

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 009/2022

“Institui e regulamenta a utilização de meio eletrônico para a tramitação de processo administrativo e legislativo no âmbito da Câmara Municipal de Américo Brasiliense e dá outras providências.”

CAPÍTULO I

DO PROCESSO ELETRÔNICO

Art. 1º. O processo eletrônico no âmbito da Câmara Municipal de Américo Brasiliense fica instituído e regulamentado por esta Resolução.

§ 1º. A implantação do ambiente digital de gestão documental junto à Câmara Municipal de Américo Brasiliense/SP dar-se-á gradualmente, admitindo-se processos em formato eletrônico, físico ou híbrido.

§ 2º O uso de meio eletrônico na tramitação de processos administrativos e proposições legislativas, comunicação de atos e transmissão de peças processuais indicadas no Regimento Interno da Câmara Municipal de Américo Brasiliense, na Lei Orgânica do Município de Américo Brasiliense e normas afetas ao processo legislativo e administrativo será admitido nos termos desta resolução.

§ 3º A forma da prática dos atos e processos realizados em meio eletrônico e os fluxos das tramitações a eles inerentes serão disciplinadas por Atos ou Instruções da Presidência da Câmara Municipal.

Art. 2º. Para o disposto nesta Resolução, considera-se:

I – documento: unidade de registro de informações, independente do formato, do suporte ou da natureza;



Câmara Municipal de Américo Brasiliense

II – documento digital: informação registrada, codificada em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de sistema computacional, podendo ser:

- a) documento nato digital: documento criado originalmente em meio eletrônico; ou
- b) documento digitalizado: documento obtido a partir da conversão de um documento não digital, gerando uma fiel representação em código digital;

III – meio eletrônico: qualquer forma de armazenamento ou tráfego de documentos e arquivos digitais;

IV – transmissão eletrônica: toda forma de comunicação a distância com a utilização de redes de comunicação, preferencialmente a rede mundial de computadores;

V – processo: o conjunto de atos realizados pela Câmara Municipal, ordenados conforme as regras expressas na Constituição Federal, nas leis e regulamentos e em seu Regimento Interno, englobando o processo legislativo e o processo administrativo;

VI – processo eletrônico: conjunto de arquivos eletrônicos composto de peças, documentos e atos processuais que tramitam por meio eletrônico, desde a sua autuação até a sua conclusão, inclusive os respectivos despachos eletrônicos e documentos anexados, produzidos tanto no bojo do processo legislativo quando no do processo administrativo;

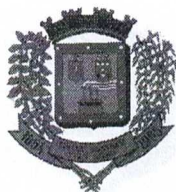
VII – proposição: toda matéria sujeita a deliberação do Plenário, nos termos do artigo 133 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Américo Brasiliense/SP;

VIII – assinatura eletrônica: as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido de acordo com as regras da infraestrutura de Chaves Públicas e Privadas (ICP) Brasil, estabelecidas pela Medida Provisória 2200/01 e observados os padrões definidos por essa Infraestrutura;

b) mediante prévia autenticação no sistema de processo eletrônico da Câmara Municipal de Américo Brasiliense/SP.

Art. 3º São objetivos da Câmara Municipal de Américo Brasiliense/SP ao instituir e regulamentar a utilização de meio eletrônico para a tramitação de processo administrativo e legislativo:



Folha	38
Proc.	606/2022
Resp.	TRUB

Câmara Municipal de Américo Brasiliense

I - produzir documentos e processos eletrônicos com segurança, transparência, economicidade, sustentabilidade ambiental e, sempre que possível, de forma padronizada;

II - possibilitar maior eficácia e celeridade aos processos;

III - assegurar a proteção da autoria, da autenticidade, da integridade, da disponibilidade e da legibilidade de documentos digitais, observadas as disposições da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

IV - assegurar a gestão, a preservação e a segurança de documentos e processos eletrônicos no tempo.

Art. 4º O sistema de processamento eletrônico da Câmara Municipal será utilizado como meio eletrônico de apresentação de proposições e tramitação de processos legislativos e administrativos.

Art. 5º O envio por meio eletrônico será admitido mediante uso de assinatura eletrônica.

§ 1º Ao usuário, serão atribuídos registro e meio de acesso ao sistema, de modo a preservar o sigilo à identificação e à autenticidade de suas comunicações.

CAPÍTULO II

DA GESTÃO DE DOCUMENTOS

Art. 6º A gestão de documentos da Câmara Municipal deve ser realizada exclusivamente por meio do memorando eletrônico, ofício eletrônico e protocolo eletrônico.

§ 1º A finalidade do **memorando eletrônico** é formalizar a gestão de documentos internos, quando se tratar de assuntos simples ou rotineiros, em especial:

I - solicitar execução de atividades;

II - solicitar compras;

III - agendar reuniões;

IV - solicitar informações;

V - encaminhar documentos;

VI - solicitar providências rotineiras;

VII - solicitar pareceres;

Folha 39
Proc. 606/2022
Resp. RLM



Câmara Municipal de Américo Brasiliense

VIII - outros assuntos considerados de mero expediente.

§ 2º Os **ofícios eletrônicos**, sobre qualquer assunto, expedidos pelas autoridades dentro do sistema de gestão de documentos, serão encaminhados para destinatários fora da administração municipal por correio eletrônico.

§ 3º Os **protocolos** iniciados no âmbito do Município serão gerados pelo requerente de forma eletrônica ou presencial na Secretaria competente, mediante exposição de motivos e juntada de documentos que os fundamentem.

Art. 7º Todos os documentos eletrônicos, bem como seus anexos, recebem obrigatoriamente uma numeração sequencial automática e passam a circular dentro dos setores competentes.

Parágrafo único. A responsabilidade pela guarda excessiva ou pelo descarte indevido dos documentos, sejam eletrônicos ou impressos, é da unidade emissora.

Art. 8º. A autenticidade e a integridade dos documentos deverão ser garantidas por sistema de segurança eletrônica acessível por conexão criptografada SSL, mediante uso de certificação digital emitida de acordo com as regras da infraestrutura de Chaves Públicas e Privadas (ICP) Brasil.

§ 1º As proposições e documentos produzidos de forma eletrônica deverão ser assinados digitalmente por seu autor, como garantia da origem e de seu signatário.

§ 2º Os documentos digitalizados deverão ser assinados ou rubricados e anexados à proposição ou documento principal, que deverão ser assinados digitalmente.

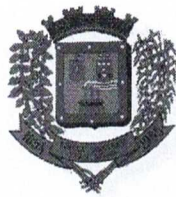
Art. 9º. É de exclusiva responsabilidade do titular de certificação digital o uso e sigilo de sua senha pessoal e da sua chave privada da sua identidade digital, não sendo oponível, em nenhuma hipótese, alegação de seu uso indevido.

CAPÍTULO III

DA APRESENTAÇÃO ELETRÔNICA

Art. 10. As proposições e demais documentos deverão ser produzidos eletronicamente e enviados pelo sistema de processamento eletrônico da Câmara Municipal de Américo Brasiliense/SP.

§ 1º O envio externo de documentos far-se-á nos termos do parágrafo 2º, do artigo 6º, através de correio eletrônico ou de sistema integrado de transmissão eletrônica de dados.



Folha	40
Proc.	606/2022
Resp.	JP

Câmara Municipal de Américo Brasileiro

§ 2º Nos processos eletrônicos, os atos processuais deverão ser realizados por meio eletrônico, exceto em situações em que este procedimento for comprovadamente inviável ou em caso de indisponibilidade do meio eletrônico, cujo prolongamento cause danos relevante à celeridade do processo.

§ 3º No caso das exceções previstas no § 1º, os atos processuais poderão ser praticados segundo as regras aplicáveis aos processos físicos, desde que posteriormente o documento-base correspondente seja digitalizado e digitalmente assinado.

Art. 11. Nos casos de indisponibilidade do sistema ou impossibilidade técnica por parte da Câmara Municipal:

I – prorroga-se, automaticamente, para o primeiro dia útil seguinte à solução do problema, o termo final para a prática de ato sujeito a prazo;

II – será permitido o encaminhamento em meio físico, excepcionalmente em casos urgentes, à Presidência da Câmara.

Parágrafo único. A indisponibilidade de sistema ou impossibilidade técnica serão reconhecidas no sítio da Câmara.

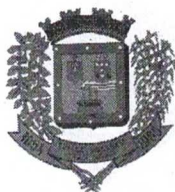
Art. 12. A correta formação do processo eletrônico é de responsabilidade dos servidores do Legislativo e dos Vereadores, que deverão preencher corretamente os campos obrigatórios contidos no formulário eletrônico.

Parágrafo único. Caso verifique irregularidade insanável na formação ou na tramitação do processo que impeça ou dificulte sua análise, o Presidente da Câmara Municipal de Américo Brasileiro, após parecer da Procuradoria da Câmara, poderá abrir prazo para que se promova as correções necessárias.

Art. 13. Consideram-se realizados os atos no dia e na hora de seu recebimento no sistema de processamento eletrônico da Câmara Municipal, exceto em casos excepcionais e devidamente justificados no próprio sistema.

§ 1º. Os atos serão considerados tempestivos quando recebidos até as vinte e três horas e cinquenta e nove minutos do último dia do prazo, considerado o horário oficial de Brasília/DF, exceto no caso de protocolo de proposições legislativas em que deverá ser observado o horário de expediente da Câmara Municipal, nos termos do artigo 2º do Ato da Presidência nº 004, de 16 de janeiro de 2019.

§ 2º. Considera-se prorrogado o prazo até as vinte e três horas e cinquenta e nove minutos do primeiro dia útil subsequente ao vencimento que ocorrer em dia sem expediente.



Câmara Municipal de Américo Brasiliense

Art. 14. Será fornecido pelo sistema de processamento eletrônico da Câmara Municipal de Américo Brasiliense recibo eletrônico dos atos praticados, e que conterá as informações relativas à data, à hora da prática do ato e à identificação da solicitação.

Art. 15. É livre a consulta, no sítio da Câmara Municipal de Américo Brasiliense, às proposições e aos atos relativos ao processo legislativo eletrônico.

Art. 16. As proposições e documentos produzidos eletronicamente com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

§ 1º. Os extratos digitais e os documentos digitalizados e juntados têm a mesma força probante dos originais, ressalvada a alegação motivada e fundamentada de adulteração antes ou durante o processo de digitalização.

§ 2º. Os documentos cuja digitalização seja tecnicamente inviável devido ao grande volume ou por motivo de ilegibilidade deverão ser apresentados na Secretaria da Câmara no prazo de 02 (dois) dias úteis contados do envio de petição eletrônica, em original ou cópia autenticada.

Art. 17. A conservação dos autos do processo poderá ser efetuada total ou parcialmente por meio eletrônico.

Parágrafo único. Os autos dos processos eletrônicos deverão ser protegidos por meio de sistemas de segurança de acesso e armazenados em meio que garanta a preservação e integridade dos dados, sendo dispensada a formação de autos suplementares.

Art. 18 Fica vedada a impressão de documentos eletrônicos, exceto para:

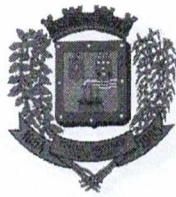
I - fornecer comprovante ao requerente que efetuou o protocolo de forma presencial;

II - impressão do documento, na forma da legislação que a exigir.

III - juntar a processo administrativo, quando o assunto exigir a juntada do documento.

Parágrafo único. A exceção prevista no inciso III deste artigo ficará sob a responsabilidade do agente público que juntou o documento no processo administrativo.

Art. 19 A classificação da informação sigilosa e a proteção de dados pessoais no ambiente digital de gestão documental observarão as disposições da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e das demais normas aplicáveis.



Folha	42
Proc.	606/2022
Resp.	ppc

Câmara Municipal de Américo Brasileiro

Art. 20 A autoria, a autenticidade e a integridade de documentos digitais e da assinatura poderão ser obtidas por meio de certificação digital emitida conforme padrões definidos pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP) Brasil, instituída pela Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, assim como pelo uso de assinatura eletrônica, nos termos da Lei 14.063, de 23 de setembro de 2020, preservadas as hipóteses legais de anonimato.

§ 1º O disposto no caput deste artigo não obsta a utilização de outro meio lícito de comprovação da autoria, autenticidade e integridade de documentos digitais, em especial aqueles que utilizem identificação por meio de usuário e senha.

§ 2º Os documentos nato-digitais assinados eletronicamente na forma deste artigo serão considerados originais nos termos da lei aplicável.

Art. 21 Os atos processuais praticados no ambiente digital de gestão documental deverão observar os prazos definidos em lei para manifestação dos interessados e para decisão da autoridade competente, sendo considerados realizados na data e horário identificados no recibo eletrônico de protocolo emitido pelo sistema.

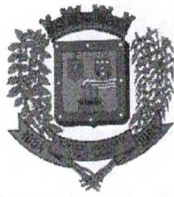
§ 1º Usuários não cadastrados no ambiente digital de gestão documental terão acesso, na forma da lei, a documentos e processos eletrônicos por meio de arquivo em formato digital, disponibilizado pela Câmara Municipal detentora do documento.

Art. 22. O envio e recebimento dos documentos eletrônicos serão feitos exclusivamente pelo sistema adotado pela Câmara Municipal ou por sistema integrado de transmissão eletrônica de dados.

Art. 23. O titular do órgão terá acesso a caixa de mensagens da unidade que dirige, por meio de login no sistema, sendo de sua responsabilidade:

- I - manter em sigilo a senha de acesso ao sistema;
- II - delegar acesso a outros servidores públicos à caixa de mensagens da unidade;
- III - efetuar log-off, sempre que se ausentar da unidade, a fim de evitar acesso indevido;
- IV - zelar:
 - a) pela fidelidade dos dados enviados e pelo envio ao destinatário certo;
 - b) pelo acesso ao conteúdo armazenado na caixa;
 - c) pela leitura dos documentos recebidos;
 - d) pela guarda ou descarte de mensagens enviadas, recebidas e de controle;

Folha	43
Proc.	606/2022
Resp.	1800



Câmara Municipal de Américo Brasiliense

e) pela resposta ou encaminhamento da demanda remetida ao setor competente via documento eletrônico.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24. Os sistemas a serem desenvolvidos para o processo eletrônico deverão ser, preferencialmente, programas em código aberto, acessíveis ininterruptamente por meio da rede mundial de computadores.

Art. 25. Todas as tramitações de documentos internos e externos poderão ser realizadas exclusivamente de forma eletrônica, exceto em situações em que este procedimento for comprovadamente inviável ou em caso de indisponibilidade do meio eletrônico, cujo prolongamento cause danos relevante à celeridade do processo.

Art. 26. Compete à Presidência da Câmara orientar os usuários quanto à implementação da comunicação eletrônica na Câmara Municipal de Américo Brasiliense/SP.

Art. 27. As rotinas e procedimentos administrativos inerentes ao processo eletrônico serão regulamentados por meio de Ato da Presidência.

Art. 28. As despesas decorrentes desta resolução correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 29. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2022 e revogadas as disposições em contrário.

Sala de Reuniões das Comissões "Carlos Abi-Jaudi", 05 de setembro de 2022.

Presidente: Marly Luzia Held Pavão

Relator: Maicon Rios de Souza

Membro: Leandro Henrique Moralles



CÂMARA MUNICIPAL DE AMÉRICO BRASILIENSE

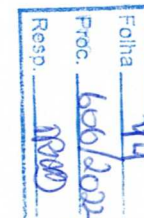
Rua Manoel Borba, 298 - Centro - Fone: (16)3392-1134
Américo Brasiense - SP

LISTA DE PRESENÇA

Presidente: _____

Secretário: _____

Sessão Ordinária - Data: 05/09/2022 Hora: 17:00h



NOMES	CHA	SUB	ASSINATURAS	VOTAÇÃO ORDEM DO DIA											
				PL N° 061/2022		PL N° 062/2022		PR 009/2022		Emenda n° 04		Emenda n° 05		Redação Final ao PR 009	
				S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N
ALCIDES LUIS DE CARVALHO			A	X		X				X		X		X	
ALDEVAM LIMA ARAÚJO			d.	X		X				X		X		X	
DIEGO RODRIGUES DE SOUZA			[Signature]	X		X				X		X		X	
JOSÉ MÁRIO SILVA DOS ANJOS			[Signature]	X		X				X		X		X	
JOSÉ ROBERTO DE ANDRADE			[Signature]	X		X									
LEANDRO HENRIQUE MORALLES			Leandro H. Morales	X		X				X		X		X	
MAICON RIOS DE SOUZA			[Signature]	X		X				X		X		X	
MARLY LUZIA HELD PAVÃO			Marly Luzia	X		X				X		X		X	
ROBERTO RODRIGUES JOB			[Signature]	X		X				X		X		X	
SILAS FERNANDES PINTO			[Signature]	X		X				X		X		X	
TRAJANO DE OLIVEIRA FILHO			[Signature]	X		X				X		X		X	
VALDEIR BEZERRA DA SILVA			[Signature]	X		X				X		X		X	
ZÉLIA DO CARMO GRACINDO			Mauro	X		X				X		X		X	

EM BRANCO



Projeto de Resolução nº 9 de 2022 | Proposição aprovada | 05/09/2022 (Projeto de Resolução nº 9 de 2022)

[Listar Tramitações](#) [Adicionar Tramitação](#)

[Editar](#) [Excluir](#)

Tramitação

Data Tramitação

05/09/2022

Unidade Local

Plenário - PLE

Folha	45
Proc.	606/2022
Resp.	RSCD

Unidade Destino

Assessoria Legislativa - AL

Data Encaminhamento

Data Fim Prazo

Status

Proposição aprovada

Turno

Urgente ?

Não

Texto da Ação

Usuário

[Raquel](#)

IP

201.33.203.252

Data e Hora da Edição

8 de Setembro de 2022 às 11:16

[OpenAPI](#)

Câmara Municipal de Américo Brasileiro

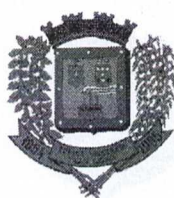
Rua Manoel Borba, 298 - Centro

CEP: 14820-003 | Telefone: (16) 3392-1134

[OpenAPI](#) | [Site](#) | [Fale Conosco](#)

Desenvolvido pelo [Interlegis](#) em software livre e
aberto. Release: 3.1.163-RC6

Conteúdo e dados sob licença [Creative Commons 4.0](#)
[Atribuir Fonte](#) - [Compartilhar Igual](#)



Câmara Municipal de Américo Brasileiro

Folha	46
Proc.	606/2022
Resp.	TRCO

RESOLUÇÃO Nº 009/2022
DE 06 de setembro de 2022
Autoria: Mesa Diretora

"Institui e regulamenta a utilização de meio eletrônico para a tramitação de processo administrativo e legislativo no âmbito da Câmara Municipal de Américo Brasileiro e dá outras providências."

O VEREADOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE AMÉRICO BRASILENSE, Estado de São Paulo, usando de atribuições que lhes são conferidas pelo parágrafo único do artigo 55, da Lei Orgânica do Município de Américo Brasileiro e de acordo com o que aprovou o plenário em Sessão Ordinária realizada no dia 05 de setembro do corrente ano, promulga o seguinte:

RESOLUÇÃO

CAPÍTULO I

DO PROCESSO ELETRÔNICO

Art. 1º. O processo eletrônico no âmbito da Câmara Municipal de Américo Brasileiro fica instituído e regulamentado por esta Resolução.

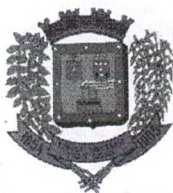
§ 1º. A implantação do ambiente digital de gestão documental junto à Câmara Municipal de Américo Brasileiro/SP dar-se-á gradualmente, admitindo-se processos em formato eletrônico, físico ou híbrido.

§ 2º O uso de meio eletrônico na tramitação de processos administrativos e proposições legislativas, comunicação de atos e transmissão de peças processuais indicadas no Regimento Interno da Câmara Municipal de Américo Brasileiro, na Lei Orgânica do Município de Américo Brasileiro e normas afetas ao processo legislativo e administrativo será admitido nos termos desta resolução.

§ 3º A forma da prática dos atos e processos realizados em meio eletrônico e os fluxos das tramitações a eles inerentes serão disciplinadas por Atos ou Instruções da Presidência da Câmara Municipal.

Art. 2º. Para o disposto nesta Resolução, considera-se:

Folha	47
Proc.	606/2022
Resp.	TRC/10



Câmara Municipal de Américo Brasiliense

I – documento: unidade de registro de informações, independente do formato, do suporte ou da natureza;

II – documento digital: informação registrada, codificada em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de sistema computacional, podendo ser:

a) documento nato digital: documento criado originalmente em meio eletrônico; ou

b) documento digitalizado: documento obtido a partir da conversão de um documento não digital, gerando uma fiel representação em código digital;

III – meio eletrônico: qualquer forma de armazenamento ou tráfego de documentos e arquivos digitais;

IV – transmissão eletrônica: toda forma de comunicação a distância com a utilização de redes de comunicação, preferencialmente a rede mundial de computadores;

V – processo: o conjunto de atos realizados pela Câmara Municipal, ordenados conforme as regras expressas na Constituição Federal, nas leis e regulamentos e em seu Regimento Interno, englobando o processo legislativo e o processo administrativo;

VI – processo eletrônico: conjunto de arquivos eletrônicos composto de peças, documentos e atos processuais que tramitam por meio eletrônico, desde a sua autuação até a sua conclusão, inclusive os respectivos despachos eletrônicos e documentos anexados, produzidos tanto no bojo do processo legislativo quando no do processo administrativo;

VII – proposição: toda matéria sujeita a deliberação do Plenário, nos termos do artigo 133 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Américo Brasiliense/SP;

VIII – assinatura eletrônica: as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido de acordo com as regras da infraestrutura de Chaves Públicas e Privadas (ICP) Brasil, estabelecidas pela Medida Provisória 2200/01 e observados os padrões definidos por essa Infraestrutura;

b) mediante prévia autenticação no sistema de processo eletrônico da Câmara Municipal de Américo Brasiliense/SP.

Art. 3º São objetivos da Câmara Municipal de Américo Brasiliense/SP ao instituir e regulamentar a utilização de meio eletrônico para a tramitação de processo administrativo e legislativo:

I - produzir documentos e processos eletrônicos com segurança, transparência, economicidade, sustentabilidade ambiental e, sempre que possível, de forma padronizada;

II - possibilitar maior eficácia e celeridade aos processos;



Folha	48
Proc.	606/2022
Resp.	DBCD

Câmara Municipal de Américo Brasileiro

III - assegurar a proteção da autoria, da autenticidade, da integridade, da disponibilidade e da legibilidade de documentos digitais, observadas as disposições da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

IV - assegurar a gestão, a preservação e a segurança de documentos e processos eletrônicos no tempo.

Art. 4º O sistema de processamento eletrônico da Câmara Municipal será utilizado como meio eletrônico de apresentação de proposições e tramitação de processos legislativos e administrativos.

Art. 5º O envio por meio eletrônico será admitido mediante uso de assinatura eletrônica.

§ 1º Ao usuário, serão atribuídos registro e meio de acesso ao sistema, de modo a preservar o sigilo à identificação e à autenticidade de suas comunicações.

CAPÍTULO II

DA GESTÃO DE DOCUMENTOS

Art. 6º A gestão de documentos da Câmara Municipal deve ser realizada exclusivamente por meio do memorando eletrônico, ofício eletrônico e protocolo eletrônico.

§ 1º A finalidade do **memorando eletrônico** é formalizar a gestão de documentos internos, quando se tratar de assuntos simples ou rotineiros, em especial:

I - solicitar execução de atividades;

II - solicitar compras;

III - agendar reuniões;

IV - solicitar informações;

V - encaminhar documentos;

VI - solicitar providências rotineiras;

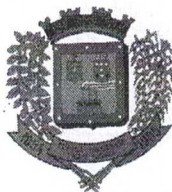
VII - solicitar pareceres;

VIII - outros assuntos considerados de mero expediente.

§ 2º Os **ofícios eletrônicos**, sobre qualquer assunto, expedidos pelas autoridades dentro do sistema de gestão de documentos, serão encaminhados para destinatários fora da administração municipal por correio eletrônico.

§ 3º Os **protocolos** iniciados no âmbito do Município serão gerados pelo requerente de forma eletrônica ou presencial na Secretaria competente, mediante exposição de motivos e juntada de documentos que os fundamentem.

Art. 7º Todos os documentos eletrônicos, bem como seus anexos, recebem obrigatoriamente uma numeração sequencial automática e passam a circular dentro dos setores competentes.



Câmara Municipal de Américo Brasiliense

Parágrafo único. A responsabilidade pela guarda excessiva ou pelo descarte indevido dos documentos, sejam eletrônicos ou impressos, é da unidade emissora.

Art. 8º. A autenticidade e a integridade dos documentos deverão ser garantidas por sistema de segurança eletrônica acessível por conexão criptografada SSL, mediante uso de certificação digital emitida de acordo com as regras da infraestrutura de Chaves Públicas e Privadas (ICP) Brasil.

§ 1º As proposições e documentos produzidos de forma eletrônica deverão ser assinados digitalmente por seu autor, como garantia da origem e de seu signatário.

§ 2º Os documentos digitalizados deverão ser assinados ou rubricados e anexados à proposição ou documento principal, que deverão ser assinados digitalmente.

Art. 9º. É de exclusiva responsabilidade do titular de certificação digital o uso e sigilo de sua senha pessoal e da sua chave privada da sua identidade digital, não sendo oponível, em nenhuma hipótese, alegação de seu uso indevido.

CAPÍTULO III

DA APRESENTAÇÃO ELETRÔNICA

Art. 10. As proposições e demais documentos deverão ser produzidos eletronicamente e enviados pelo sistema de processamento eletrônico da Câmara Municipal de Américo Brasiliense/SP.

§ 1º O envio externo de documentos far-se-á nos termos do parágrafo 2º, do artigo 6º, através de correio eletrônico ou de sistema integrado de transmissão eletrônica de dados.

§ 2º Nos processos eletrônicos, os atos processuais deverão ser realizados por meio eletrônico, exceto em situações em que este procedimento for comprovadamente inviável ou em caso de indisponibilidade do meio eletrônico, cujo prolongamento cause danos relevante à celeridade do processo.

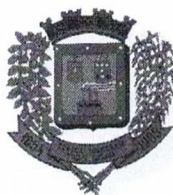
§ 3º No caso das exceções previstas no § 1º, os atos processuais poderão ser praticados segundo as regras aplicáveis aos processos físicos, desde que posteriormente o documento-base correspondente seja digitalizado e digitalmente assinado.

Art. 11. Nos casos de indisponibilidade do sistema ou impossibilidade técnica por parte da Câmara Municipal:

I – prorroga-se, automaticamente, para o primeiro dia útil seguinte à solução do problema, o termo final para a prática de ato sujeito a prazo;

II – será permitido o encaminhamento em meio físico, excepcionalmente em casos urgentes, à Presidência da Câmara.

Parágrafo único. A indisponibilidade de sistema ou impossibilidade técnica serão reconhecidas no sítio da Câmara.



Folha	50
Proc.	606/2022
Resp.	PCB

Câmara Municipal de Américo Brasiliense

Art. 12. A correta formação do processo eletrônico é de responsabilidade dos servidores do Legislativo e dos Vereadores, que deverão preencher corretamente os campos obrigatórios contidos no formulário eletrônico.

Parágrafo único. Caso verifique irregularidade insanável na formação ou na tramitação do processo que impeça ou dificulte sua análise, o Presidente da Câmara Municipal de Américo Brasiliense, após parecer da Procuradoria da Câmara, poderá abrir prazo para que se promova as correções necessárias.

Art. 13. Consideram-se realizados os atos no dia e na hora de seu recebimento no sistema de processamento eletrônico da Câmara Municipal, exceto em casos excepcionais e devidamente justificados no próprio sistema.

§ 1º. Os atos serão considerados tempestivos quando recebidos até as vinte e três horas e cinquenta e nove minutos do último dia do prazo, considerado o horário oficial de Brasília/DF, exceto no caso de protocolo de proposições legislativas em que deverá ser observado o horário de expediente da Câmara Municipal, nos termos do artigo 2º do Ato da Presidência nº 004, de 16 de janeiro de 2019.

§ 2º. Considera-se prorrogado o prazo até as vinte e três horas e cinquenta e nove minutos do primeiro dia útil subsequente ao vencimento que ocorrer em dia sem expediente.

Art. 14. Será fornecido pelo sistema de processamento eletrônico da Câmara Municipal de Américo Brasiliense recibo eletrônico dos atos praticados, e que conterá as informações relativas à data, à hora da prática do ato e à identificação da solicitação.

Art. 15. É livre a consulta, no sítio da Câmara Municipal de Américo Brasiliense, às proposições e aos atos relativos ao processo legislativo eletrônico.

Art. 16. As proposições e documentos produzidos eletronicamente com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

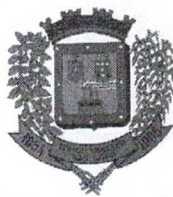
§ 1º. Os extratos digitais e os documentos digitalizados e juntados têm a mesma força probante dos originais, ressalvada a alegação motivada e fundamentada de adulteração antes ou durante o processo de digitalização.

§ 2º. Os documentos cuja digitalização seja tecnicamente inviável devido ao grande volume ou por motivo de ilegibilidade deverão ser apresentados na Secretaria da Câmara no prazo de 02 (dois) dias úteis contados do envio de petição eletrônica, em original ou cópia autenticada.

Art. 17. A conservação dos autos do processo poderá ser efetuada total ou parcialmente por meio eletrônico.

Parágrafo único. Os autos dos processos eletrônicos deverão ser protegidos por meio de sistemas de segurança de acesso e armazenados em meio que garanta a preservação e integridade dos dados, sendo dispensada a formação de autos suplementares.

Art. 18 Fica vedada a impressão de documentos eletrônicos, exceto para:



Câmara Municipal de Américo Brasileiro

I - fornecer comprovante ao requerente que efetuou o protocolo de forma presencial;

II - impressão do documento, na forma da legislação que a exigir.

III - juntar a processo administrativo, quando o assunto exigir a juntada do documento.

Parágrafo único. A exceção prevista no inciso III deste artigo ficará sob a responsabilidade do agente público que juntou o documento no processo administrativo.

Art. 19 A classificação da informação sigilosa e a proteção de dados pessoais no ambiente digital de gestão documental observarão as disposições da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e das demais normas aplicáveis.

Art. 20 A autoria, a autenticidade e a integridade de documentos digitais e da assinatura poderão ser obtidas por meio de certificação digital emitida conforme padrões definidos pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP) Brasil, instituída pela Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, assim como pelo uso de assinatura eletrônica, nos termos da Lei 14.063, de 23 de setembro de 2020, preservadas as hipóteses legais de anonimato.

§ 1º O disposto no caput deste artigo não obsta a utilização de outro meio lícito de comprovação da autoria, autenticidade e integridade de documentos digitais, em especial aqueles que utilizem identificação por meio de usuário e senha.

§ 2º Os documentos nato-digitais assinados eletronicamente na forma deste artigo serão considerados originais nos termos da lei aplicável.

Art. 21 Os atos processuais praticados no ambiente digital de gestão documental deverão observar os prazos definidos em lei para manifestação dos interessados e para decisão da autoridade competente, sendo considerados realizados na data e horário identificados no recibo eletrônico de protocolo emitido pelo sistema.

§ 1º Usuários não cadastrados no ambiente digital de gestão documental terão acesso, na forma da lei, a documentos e processos eletrônicos por meio de arquivo em formato digital, disponibilizado pela Câmara Municipal detentora do documento.

Art. 22. O envio e recebimento dos documentos eletrônicos serão feitos exclusivamente pelo sistema adotado pela Câmara Municipal ou por sistema integrado de transmissão eletrônica de dados.

Art. 23. O titular do órgão terá acesso a caixa de mensagens da unidade que dirige, por meio de login no sistema, sendo de sua responsabilidade:

I - manter em sigilo a senha de acesso ao sistema;

II - delegar acesso a outros servidores públicos à caixa de mensagens da unidade;

III - efetuar log-off, sempre que se ausentar da unidade, a fim de evitar acesso indevido;

IV - zelar:



Câmara Municipal de Américo Brasileiro

- a) pela fidelidade dos dados enviados e pelo envio ao destinatário certo;
- b) pelo acesso ao conteúdo armazenado na caixa;
- c) pela leitura dos documentos recebidos;
- d) pela guarda ou descarte de mensagens enviadas, recebidas e de controle;
- e) pela resposta ou encaminhamento da demanda remetida ao setor competente via documento eletrônico.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24. Os sistemas a serem desenvolvidos para o processo eletrônico deverão ser, preferencialmente, programas em código aberto, acessíveis ininterruptamente por meio da rede mundial de computadores.

Art. 25. Todas as tramitações de documentos internos e externos poderão ser realizadas exclusivamente de forma eletrônica, exceto em situações em que este procedimento for comprovadamente inviável ou em caso de indisponibilidade do meio eletrônico, cujo prolongamento cause danos relevante à celeridade do processo.

Art. 26. Compete à Presidência da Câmara orientar os usuários quanto à implementação da comunicação eletrônica na Câmara Municipal de Américo Brasileiro/SP.

Art. 27. As rotinas e procedimentos administrativos inerentes ao processo eletrônico serão regulamentados por meio de Ato da Presidência.

Art. 28. As despesas decorrentes desta resolução correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 29. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2022 e revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Américo Brasileiro, aos 06 (seis) dias do mês de setembro do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois).

JOSÉ ROBERTO DE ANDRADE
Vereador-Presidente

Publicado na Secretária da Câmara Municipal, na data supra.

TEREZA RAQUEL CARDOSO DE BRITO
Chefe da Secretaria Legislativa

EM BRANCO



Projeto de Resolução nº 9 de 2022 | Aguardando promulgação da norma jurídica | 08/09/2022 (Projeto de Resolução nº 9 de 2022)

[Listar Tramitações](#) [Adicionar Tramitação](#)

[Editar](#) [Excluir](#)

Tramitação

Data Tramitação

08/09/2022

Unidade Local

Assessoria Legislativa - AL

Folha	53
Proc.	606/2022
Resp.	DRCB

Unidade Destino

Secretaria Administrativa - SEC

Data Encaminhamento

Data Fim Prazo

Status

Aguardando promulgação da norma jurídica

Turno

Urgente ?

Não

Texto da Ação

Enviado para publicação do D.O.

Usuário

[Raquel](#)

IP

201.33.203.252

Data e Hora da Edição

8 de Setembro de 2022 às 11:17

[OpenAPI](#)

Desenvolvido pelo [Interlegis](#) em software livre e aberto. Release: 3.1.163-RC6

Conteúdo e dados sob licença [Creative Commons 4.0](#)
[Atribuir Fonte - Compartilhar Igual](#)

Câmara Municipal de Américo Brasileiro

Rua Manoel Borba, 298 - Centro

CEP: 14820-003 | Telefone: (16) 3392-1134

[OpenAPI](#) | [Site](#) | [Fale Conosco](#)

EM BRANCO





Prefeitura Municipal de AMÉRICO BRASILIENSE

JORNAL OFICIAL

Diário Eletrônico Oficial
www.diarioeletronicooficial.com.br/diario/amicobrasiliense-sp

PODER LEGISLATIVO

RESOLUÇÕES



Folha	54
Proc.	606/2022
Resp.	12.00

Câmara Municipal de Américo Brasileiro

RESOLUÇÃO Nº 009/2022
DE 06 de setembro de 2022
Autoria: Mesa Diretora

"Institui e regulamenta a utilização de meio eletrônico para a tramitação de processo administrativo e legislativo no âmbito da Câmara Municipal de Américo Brasileiro e dá outras providências."

O VEREADOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE AMÉRICO BRASILIENSE, Estado de São Paulo, usando de atribuições que lhes são conferidas pelo parágrafo único do artigo 55, da Lei Orgânica do Município de Américo Brasileiro e de acordo com o que aprovou o plenário em Sessão Ordinária realizada no dia 05 de setembro do corrente ano, promulga o seguinte:

RESOLUÇÃO

CAPÍTULO I

DO PROCESSO ELETRÔNICO

Art. 1º. O processo eletrônico no âmbito da Câmara Municipal de Américo Brasileiro fica instituído e regulamentado por esta Resolução.

§ 1º. A implantação do ambiente digital de gestão documental junto à Câmara Municipal de Américo Brasileiro/SP dar-se-á gradualmente, admitindo-se processos em formato eletrônico, físico ou híbrido.

§ 2º O uso de meio eletrônico na tramitação de processos administrativos e proposições legislativas, comunicação de atos e transmissão de peças processuais indicadas no Regimento Interno da Câmara Municipal de Américo Brasileiro, na Lei Orgânica do Município de Américo Brasileiro e normas afetas ao processo legislativo e administrativo será admitido nos termos desta resolução.

§ 3º A forma da prática dos atos e processos realizados em meio eletrônico e os fluxos das tramitações a eles inerentes serão disciplinadas por Atos ou Instruções da Presidência da Câmara Municipal.

Art. 2º. Para o disposto nesta Resolução, considera-se:

Rua Manoel Borba, 298, Praça Caetano Nigro – CEP 14820-003 – Américo Brasileiro – SP
www.camaraamicobrasiliense.sp.gov.br – Fone/ fax:- (16) 3392-1134

JORNAL OFICIAL

Diário Eletrônico Oficial
www.diarioeletronicooficial.com.br/diario/amicobrasiliense-sp

RESOLUÇÕES

PODER LEGISLATIVO



Câmara Municipal de Américo Brasiliense

I – documento: unidade de registro de informações, independente do formato, do suporte ou da natureza;

II – documento digital: informação registrada, codificada em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de sistema computacional, podendo ser:

a) documento nato digital: documento criado originalmente em meio eletrônico; ou

b) documento digitalizado: documento obtido a partir da conversão de um documento não digital, gerando uma fiel representação em código digital;

III – meio eletrônico: qualquer forma de armazenamento ou tráfego de documentos e arquivos digitais;

IV – transmissão eletrônica: toda forma de comunicação a distância com a utilização de redes de comunicação, preferencialmente a rede mundial de computadores;

V – processo: o conjunto de atos realizados pela Câmara Municipal, ordenados conforme as regras expressas na Constituição Federal, nas leis e regulamentos e em seu Regimento Interno, englobando o processo legislativo e o processo administrativo;

VI – processo eletrônico: conjunto de arquivos eletrônicos composto de peças, documentos e atos processuais que tramitam por meio eletrônico, desde a sua autuação até a sua conclusão, inclusive os respectivos despachos eletrônicos e documentos anexados, produzidos tanto no bojo do processo legislativo quando no do processo administrativo;

VII – proposição: toda matéria sujeita a deliberação do Plenário, nos termos do artigo 133 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Américo Brasiliense/SP;

VIII – assinatura eletrônica: as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido de acordo com as regras da infraestrutura de Chaves Públicas e Privadas (ICP) Brasil, estabelecidas pela Medida Provisória 2200/01 e observados os padrões definidos por essa infraestrutura;

b) mediante prévia autenticação no sistema de processo eletrônico da Câmara Municipal de Américo Brasiliense/SP.

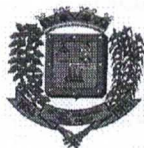
Art. 3º São objetivos da Câmara Municipal de Américo Brasiliense/SP ao instituir e regulamentar a utilização de meio eletrônico para a tramitação de processo administrativo e legislativo:

I - produzir documentos e processos eletrônicos com segurança, transparência, economicidade, sustentabilidade ambiental e, sempre que possível, de forma padronizada;

II - possibilitar maior eficácia e celeridade aos processos;

2

Rua Manoel Borba, 298, Praça Caetano Nigro – CEP 14820-003 – Américo Brasiliense – SP
www.camaraamicobrasiliense.sp.gov.br – Fone/ fax:- (16) 3392-1134



Prefeitura Municipal de AMÉRICO BRASILIENSE

JORNAL OFICIAL

Diário Eletrônico Oficial
www.diarioeletronicooficial.com.br/diario/amicobrasiliense-sp

PODER LEGISLATIVO

RESOLUÇÕES

Folha	56
Proc.	606/2022
Resp.	PPB



Câmara Municipal de Américo Brasileiro

III - assegurar a proteção da autoria, da autenticidade, da integridade, da disponibilidade e da legibilidade de documentos digitais, observadas as disposições da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

IV - assegurar a gestão, a preservação e a segurança de documentos e processos eletrônicos no tempo.

Art. 4º O sistema de processamento eletrônico da Câmara Municipal será utilizado como meio eletrônico de apresentação de proposições e tramitação de processos legislativos e administrativos.

Art. 5º O envio por meio eletrônico será admitido mediante uso de assinatura eletrônica.

§ 1º Ao usuário, serão atribuídos registro e meio de acesso ao sistema, de modo a preservar o sigilo à identificação e à autenticidade de suas comunicações.

CAPÍTULO II

DA GESTÃO DE DOCUMENTOS

Art. 6º A gestão de documentos da Câmara Municipal deve ser realizada exclusivamente por meio do memorando eletrônico, ofício eletrônico e protocolo eletrônico.

§ 1º A finalidade do **memorando eletrônico** é formalizar a gestão de documentos internos, quando se tratar de assuntos simples ou rotineiros, em especial:

I - solicitar execução de atividades;

II - solicitar compras;

III - agendar reuniões;

IV - solicitar informações;

V - encaminhar documentos;

VI - solicitar providências rotineiras;

VII - solicitar pareceres;

VIII - outros assuntos considerados de mero expediente.

§ 2º Os **ofícios eletrônicos**, sobre qualquer assunto, expedidos pelas autoridades dentro do sistema de gestão de documentos, serão encaminhados para destinatários fora da administração municipal por correio eletrônico.

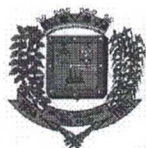
§ 3º Os **protocolos** iniciados no âmbito do Município serão gerados pelo requerente de forma eletrônica ou presencial na Secretaria competente, mediante exposição de motivos e juntada de documentos que os fundamentem.

Art. 7º Todos os documentos eletrônicos, bem como seus anexos, recebem obrigatoriamente uma numeração sequencial automática e passam a circular dentro dos setores competentes.

3

Rua Manoel Borba, 298, Praça Caetano Nigro - CEP 14820-003 - Américo Brasileiro - SP
www.camaraamicobrasiliense.sp.gov.br - Fone/ fax: (16) 3392-1134

Folha	57
Proc.	606/2022
Resp.	TRCM



Prefeitura Municipal de AMÉRICO BRASILIENSE

JORNAL OFICIAL

Diário Eletrônico Oficial
www.diarioeletronicooficial.com.br/diario/amicobrasiliense-sp

PODER LEGISLATIVO

RESOLUÇÕES



Câmara Municipal de Américo Brasiliense

Parágrafo único. A responsabilidade pela guarda excessiva ou pelo descarte indevido dos documentos, sejam eletrônicos ou impressos, é da unidade emissora.

Art. 8º. A autenticidade e a integridade dos documentos deverão ser garantidas por sistema de segurança eletrônica acessível por conexão criptografada SSL, mediante uso de certificação digital emitida de acordo com as regras da infraestrutura de Chaves Públicas e Privadas (ICP) Brasil.

§ 1º As proposições e documentos produzidos de forma eletrônica deverão ser assinados digitalmente por seu autor, como garantia da origem e de seu signatário.

§ 2º Os documentos digitalizados deverão ser assinados ou rubricados e anexados à proposição ou documento principal, que deverão ser assinados digitalmente.

Art. 9º. É de exclusiva responsabilidade do titular de certificação digital o uso e sigilo de sua senha pessoal e da sua chave privada da sua identidade digital, não sendo oponível, em nenhuma hipótese, alegação de seu uso indevido.

CAPÍTULO III

DA APRESENTAÇÃO ELETRÔNICA

Art. 10. As proposições e demais documentos deverão ser produzidos eletronicamente e enviados pelo sistema de processamento eletrônico da Câmara Municipal de Américo Brasiliense/SP.

§ 1º O envio externo de documentos far-se-á nos termos do parágrafo 2º, do artigo 6º, através de correio eletrônico ou de sistema integrado de transmissão eletrônica de dados.

§ 2º Nos processos eletrônicos, os atos processuais deverão ser realizados por meio eletrônico, exceto em situações em que este procedimento for comprovadamente inviável ou em caso de indisponibilidade do meio eletrônico, cujo prolongamento cause danos relevante à celeridade do processo.

§ 3º No caso das exceções previstas no § 1º, os atos processuais poderão ser praticados segundo as regras aplicáveis aos processos físicos, desde que posteriormente o documento-base correspondente seja digitalizado e digitalmente assinado.

Art. 11. Nos casos de indisponibilidade do sistema ou impossibilidade técnica por parte da Câmara Municipal:

I – prorroga-se, automaticamente, para o primeiro dia útil seguinte à solução do problema, o termo final para a prática de ato sujeito a prazo;

II – será permitido o encaminhamento em meio físico, excepcionalmente em casos urgentes, à Presidência da Câmara.

Parágrafo único. A indisponibilidade de sistema ou impossibilidade técnica serão reconhecidas no sítio da Câmara.

4

Rua Manoel Borba, 298, Praça Caetano Nigro – CEP 14820-003 – Américo Brasiliense – SP
www.camaraamicobrasiliense.sp.gov.br – Fone/ fax:- (16) 3392-1134



Prefeitura Municipal de AMÉRICO BRASILIENSE

JORNAL OFICIAL

Diário Eletrônico Oficial
www.diarioeletronicooficial.com.br/diario/amicobrasiliense-sp

PODER LEGISLATIVO

RESOLUÇÕES

Folha	58
Proc.	606/2022
Resp.	PCB



Câmara Municipal de Américo Brasileiro

Art. 12. A correta formação do processo eletrônico é de responsabilidade dos servidores do Legislativo e dos Vereadores, que deverão preencher corretamente os campos obrigatórios contidos no formulário eletrônico.

Parágrafo único. Caso verifique irregularidade insanável na formação ou na tramitação do processo que impeça ou dificulte sua análise, o Presidente da Câmara Municipal de Américo Brasileiro, após parecer da Procuradoria da Câmara, poderá abrir prazo para que se promova as correções necessárias.

Art. 13. Consideram-se realizados os atos no dia e na hora de seu recebimento no sistema de processamento eletrônico da Câmara Municipal, exceto em casos excepcionais e devidamente justificados no próprio sistema.

§ 1º. Os atos serão considerados tempestivos quando recebidos até as vinte e três horas e cinquenta e nove minutos do último dia do prazo, considerado o horário oficial de Brasília/DF, exceto no caso de protocolo de proposições legislativas em que deverá ser observado o horário de expediente da Câmara Municipal, nos termos do artigo 2º do Ato da Presidência nº 004, de 16 de janeiro de 2019.

§ 2º. Considera-se prorrogado o prazo até as vinte e três horas e cinquenta e nove minutos do primeiro dia útil subsequente ao vencimento que ocorrer em dia sem expediente.

Art. 14. Será fornecido pelo sistema de processamento eletrônico da Câmara Municipal de Américo Brasileiro recibo eletrônico dos atos praticados, e que conterá as informações relativas à data, à hora da prática do ato e à identificação da solicitação.

Art. 15. É livre a consulta, no sítio da Câmara Municipal de Américo Brasileiro, às proposições e aos atos relativos ao processo legislativo eletrônico.

Art. 16. As proposições e documentos produzidos eletronicamente com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

§ 1º. Os extratos digitais e os documentos digitalizados e juntados têm a mesma força probante dos originais, ressalvada a alegação motivada e fundamentada de adulteração antes ou durante o processo de digitalização.

§ 2º. Os documentos cuja digitalização seja tecnicamente inviável devido ao grande volume ou por motivo de ilegibilidade deverão ser apresentados na Secretaria da Câmara no prazo de 02 (dois) dias úteis contados do envio de petição eletrônica, em original ou cópia autenticada.

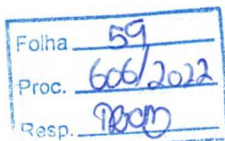
Art. 17. A conservação dos autos do processo poderá ser efetuada total ou parcialmente por meio eletrônico.

Parágrafo único. Os autos dos processos eletrônicos deverão ser protegidos por meio de sistemas de segurança de acesso e armazenados em meio que garanta a preservação e integridade dos dados, sendo dispensada a formação de autos suplementares.

Art. 18. Fica vedada a impressão de documentos eletrônicos, exceto para:

5

Rua Manoel Borba, 298, Praça Caetano Nigro – CEP 14820-003 – Américo Brasileiro – SP
www.camaraamicobrasiliense.sp.gov.br – Fone/ fax:- (16) 3392-1134



Prefeitura Municipal de AMÉRICO BRASILIENSE

JORNAL OFICIAL

Diário Eletrônico Oficial
www.diarioeletronicooficial.com.br/diario/amicobrasiliense-sp

PODER LEGISLATIVO

RESOLUÇÕES



Câmara Municipal de Américo Brasiliense

I - fornecer comprovante ao requerente que efetuou o protocolo de forma presencial;

II - impressão do documento, na forma da legislação que a exigir.

III - juntar a processo administrativo, quando o assunto exigir a juntada do documento.

Parágrafo único. A exceção prevista no inciso III deste artigo ficará sob a responsabilidade do agente público que juntou o documento no processo administrativo.

Art. 19 A classificação da informação sigilosa e a proteção de dados pessoais no ambiente digital de gestão documental observarão as disposições da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e das demais normas aplicáveis.

Art. 20 A autoria, a autenticidade e a integridade de documentos digitais e da assinatura poderão ser obtidas por meio de certificação digital emitida conforme padrões definidos pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP) Brasil, instituída pela Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, assim como pelo uso de assinatura eletrônica, nos termos da Lei 14.063, de 23 de setembro de 2020, preservadas as hipóteses legais de anonimato.

§ 1º O disposto no caput deste artigo não obsta a utilização de outro meio lícito de comprovação da autoria, autenticidade e integridade de documentos digitais, em especial aqueles que utilizem identificação por meio de usuário e senha.

§ 2º Os documentos nato-digitais assinados eletronicamente na forma deste artigo serão considerados originais nos termos da lei aplicável.

Art. 21 Os atos processuais praticados no ambiente digital de gestão documental deverão observar os prazos definidos em lei para manifestação dos interessados e para decisão da autoridade competente, sendo considerados realizados na data e horário identificados no recibo eletrônico de protocolo emitido pelo sistema.

§ 1º Usuários não cadastrados no ambiente digital de gestão documental terão acesso, na forma da lei, a documentos e processos eletrônicos por meio de arquivo em formato digital, disponibilizado pela Câmara Municipal detentora do documento.

Art. 22. O envio e recebimento dos documentos eletrônicos serão feitos exclusivamente pelo sistema adotado pela Câmara Municipal ou por sistema integrado de transmissão eletrônica de dados.

Art. 23. O titular do órgão terá acesso a caixa de mensagens da unidade que dirige, por meio de login no sistema, sendo de sua responsabilidade:

I - manter em sigilo a senha de acesso ao sistema;

II - delegar acesso a outros servidores públicos à caixa de mensagens da unidade;

III - efetuar log-off, sempre que se ausentar da unidade, a fim de evitar acesso indevido;

IV - zelar:

6

Rua Manoel Borba, 298, Praça Caetano Nigro – CEP 14820-003 – Américo Brasiliense – SP
www.camaraamicobrasiliense.sp.gov.br – Fone/ fax:- (16) 3392-1134



Prefeitura Municipal de AMÉRICO BRASILIENSE

JORNAL OFICIAL

Diário Eletrônico Oficial
www.diarioeletronicooficial.com.br/diario/amicobrasiliense-sp

PODER LEGISLATIVO

RESOLUÇÕES

Folha	60
Proc.	606/2022
Resp.	REC



Câmara Municipal de Américo Brasileiro

- a) pela fidelidade dos dados enviados e pelo envio ao destinatário certo;
- b) pelo acesso ao conteúdo armazenado na caixa;
- c) pela leitura dos documentos recebidos;
- d) pela guarda ou descarte de mensagens enviadas, recebidas e de controle;
- e) pela resposta ou encaminhamento da demanda remetida ao setor competente via documento eletrônico.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24. Os sistemas a serem desenvolvidos para o processo eletrônico deverão ser, preferencialmente, programas em código aberto, acessíveis ininterruptamente por meio da rede mundial de computadores.

Art. 25. Todas as tramitações de documentos internos e externos poderão ser realizadas exclusivamente de forma eletrônica, exceto em situações em que este procedimento for comprovadamente inviável ou em caso de indisponibilidade do meio eletrônico, cujo prolongamento cause danos relevante à celeridade do processo.


Art. 26. Compete à Presidência da Câmara orientar os usuários quanto à implementação da comunicação eletrônica na Câmara Municipal de Américo Brasileiro/SP.

Art. 27. As rotinas e procedimentos administrativos inerentes ao processo eletrônico serão regulamentados por meio de Ato da Presidência.

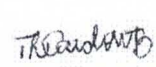
Art. 28. As despesas decorrentes desta resolução correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 29. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2022 e revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Américo Brasileiro, aos 06 (seis) dias do mês de setembro do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois).


JOSÉ ROBERTO DE ANDRADE
Vereador-Presidente

Publicado na Secretária da Câmara Municipal, na data supra.


TEREZA RAQUEL CARDOSO DE BRITO
Chefe da Secretaria Legislativa

Rua Manoel Borba, 298, Praça Caetano Nigro - CEP 14820-003 - Américo Brasileiro - SP
www.camaraamicobrasiliense.sp.gov.br - Fone/ fax:- (16) 3392-1134

EM BRANCO



Projeto de Resolução nº 9 de 2022 | Norma promulgada | 09/09/2022 (Projeto de Resolução nº 9 de 2022)

[Listar Tramitações](#) [Adicionar Tramitação](#)

[Editar](#) [Excluir](#)

Tramitação

Folha	61
Proc.	606/2022
Resp.	REC

Data Tramitação

09/09/2022

Unidade Local

Secretaria Administrativa - SEC

Unidade Destino

Assessoria Legislativa - AL

Data Encaminhamento

Data Fim Prazo

Status

Norma promulgada

Turno

Urgente ?

Não

Texto da Ação

Usuário

[Raquel](#)

IP

201.33.203.252

Data e Hora da Edição

3 de Outubro de 2022 às 12:06

[OpenAPI](#)

Desenvolvido pelo [Interlegis](#) em software livre e aberto. Release: 3.1.163-RC7

Conteúdo e dados sob licença [Creative Commons 4.0](#)
[Atribuir Fonte](#) - [Compartilhar Igual](#)

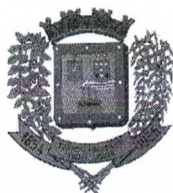
Câmara Municipal de Américo Brasiliense

Rua Manoel Borba, 298 - Centro

CEP: 14820-003 | Telefone: (16) 3392-1134

[OpenAPI](#) | [Site](#) | [Fale Conosco](#)

EM BRANCO



Folha	62
Proc.	606/2022
Resp.	RcB

Câmara Municipal de Américo Brasiliense

TERMO DE ENCERRAMENTO DE PROCESSO

Aos 17 dias do mês de outubro do ano de 2022, nesta Secretaria Legislativa, faço o encerramento do processo nº 606 / 2022, contendo 62 folhas, incluindo este Termo.

Tereza Raquel Cardoso de Brito
Chefe da Secretaria Legislativa

PÁGINA EM BRANCO